



INSTITUTO SUPERIOR DE  
SERVIÇO SOCIAL DO PORTO

# As Trajetórias de vida de Mulheres em Situação de Sem-Abrigo

**Discente: Joana Filipa Nascimento Tavares**

Dissertação apresentada ao Instituto Superior de Serviço Social do Porto para obtenção do Grau de Mestre em Serviço Social.

**Orientador:** Prof.<sup>ª</sup> Doutora Berta Granja

**Coorientador:** Prof.<sup>ª</sup> Doutora Sandra Mendes

janeiro,  
2025

# **As Trajetórias de vida de Mulheres em Situação de Sem-abrigo**

Joana Filipa Nascimento Tavares – 220124004

Dissertação apresentada ao Instituto Superior de Serviço Social do Porto para obtenção do Grau de Mestre em Serviço Social, sob orientação da Professora Doutora Berta Granja e Coorientação da Professora Doutora Sandra Mendes.

Senhora da Hora

2025

## **Resumo**

Os fenómenos da pobreza e exclusão social, associados à situação de sem-abrigo, são problemáticas, cada vez mais estudadas, aprofundadas e reconhecidas pela gravidade social que apresentam.

Nos últimos anos, temos assistido a um maior investimento nas políticas sociais em torno da luta da erradicação da pobreza.

Ainda que existam causas e efeitos que possam ser comuns a ambos os sexos, existem determinadas explicações relacionadas com a violência de género que podem influenciar, de forma mais direta, as vivências de Mulheres em Situação de Sem-Abrigo.

No decorrer da investigação desenvolvida, foram aprofundadas as causas que contribuem para a compreensão das vivências de situação de sem-abrigo, por parte de um grupo de mulheres integradas numa resposta social de cariz temporário. Para concretizar este estudo, foi necessário efetuar a análise de conteúdo das informações dos processos individuais das mulheres que participaram na investigação e procurou-se igualmente, entender os principais desafios e dinâmicas existentes que se colocam aos profissionais que exercem a sua intervenção na resposta social que as acolhe e acompanha por meio de um processo Autoetnográfico.

**Palavras-Chave:** Situação de Sem-Abrigo; Mulheres; Serviço Social; Representações de Género; Pobreza; Trajetórias; Autoetnografia.

## **Abstract**

The phenomena of poverty and social exclusion, associated with homelessness, are problems that are increasingly being studied in depth and recognized for their social gravity.

In recent years, we have seen greater investment in social policies in the fight to eradicate poverty.

Although there are causes and effects that can be common to both sexes, there are certain explanations related to gender-based violence that can have a more direct influence on the experiences of homeless women.

In the course of the research carried out, the causes that contribute to understanding the experiences of homelessness by a group of women integrated into a temporary social response were explored in depth. In order to carry out this study, it was necessary to carry out a content analysis of the information in the individual files of the women who took part in the research, and we also tried to understand the main challenges and dynamics facing the professionals who intervene in the social response that welcomes and accompanies them by means of an Autoethnographic process.

**Keywords:** Homelessness; Women; Social Work; Representations of Gender; Poverty; Trajectories; Autoethnographic essay.

## **Agradecimentos**

No decorrer do percurso acadêmico, em concretamente nesta etapa final de elaboração desta dissertação, saliento a presença de algumas figuras que se demonstraram como fundamentais para a concretização deste momento importante da minha vida.

Não podia deixar de reconhecer e demonstrar o profundo sentimento de gratidão e apreço que sempre demonstraram e pela disponibilidade em me ouvir e aconselhar nos momentos mais difíceis.

Aos meus pais, por serem o meu porto de abrigo, por não me deixarem desistir e por estarem sempre de mão dada comigo. Não há palavras que possa expressar que irão fazer jus à importância que têm na minha vida. Obrigada por toda a paciência, pelo ânimo, conforto, alento e positivismo nesta fase e em todo o meu percurso de vida!

Ao meu Leandro por todo o carinho, paciência, conforto, amor e companheirismo. Por compreender os momentos em que eu estive menos presente e por me incentivar sempre a ser mais e melhor!

À minha avó que ainda que não esteja fisicamente presente, estará certamente orgulhosa de todo o meu percurso pessoal, profissional e acadêmico!

À minha amiga de curso, a Joaquina que não me deixou desistir em momento algum, que me deu força, motivação e ânimo em todos os momentos em que não acreditei ser possível.

Ao suporte afetivo de toda a minha família que acreditou sempre nas minhas capacidades e foi conforto em toda esta etapa.

À Prof. Dra. Berta Granja e Prof. Dra. Sandra Mendes por toda a dedicação, orientação, acompanhamento, ensinamentos, disponibilidade e confiança depositada em todo o processo de desenvolvimento e elaboração desta dissertação!

Às mulheres com quem tenho o privilégio de trabalhar, por confiarem no meu trabalho e por me permitirem dar-lhes voz!

## Índice

|   |    |
|---|----|
| Introdução.....   | 1  |
| Capítulo 1. Enquadramento Teórico.....  | 3  |
| 1.1 O Serviço Social e o fenómeno da Exclusão Social .....                            | 3  |
| 1.2 Pessoas Sem-Abrigo: A evolução do conceito .....                                  | 4  |
| 1.3 Conceito de Pessoa em Situação de Sem-Abrigo .....                                | 5  |
| 1.4 As Mulheres em situação de sem-abrigo .....                                       | 7  |
| 1.5 A Pobreza e a Exclusão Social .....   | 10 |
| 1.6 Representações de Género .....  | 12 |
| 1.7 Fatores de Risco.....   | 13 |
| 1.7.1 Violência de género .....   | 14 |
| 1.7.2 Ruturas familiares e família monoparental.....                                  | 15 |
| 1.7.3 Desemprego e precariedade.....  | 16 |
| 1.7.4 Dependência de Substâncias .....  | 18 |
| 1.8 A Intervenção do Assistente Social com Pessoas em Situação de Sem-<br>Abrigo..... | 20 |
| Capítulo 2. Metodologia.....  | 24 |
| 2.1 Objetivos.....  | 24 |
| 2.2 Metodologia de Investigação .....   | 24 |
| 2.3 Técnicas de Recolha de Dados .....  | 26 |
| 2.3.1 Autoetnografia .....  | 26 |
| 2.3.2 Análise Documental.....   | 28 |
| 2.4. Seleção da Amostra .....   | 29 |
| Capítulo 3. Análise de dados .....  | 30 |
| 3.1 Análise de Conteúdo.....  | 30 |
| 3.2 Caracterização Sociodemográfica de Mulheres em situação de sem-<br>abrigo.....    | 31 |

|   |    |
|---|----|
| 3.3 Análise das Trajetórias de vida de Mulheres em situação de Sem-Abrigo               | 35 |
| 3.3.1 A Infância e a Importância de uma Vinculação Segura .....                         | 36 |
| 3.3.2 O Percorso Escolar .....  | 38 |
| 3.3.3 O início da fase Adulta e a procura pelo sentimento de bem-estar ....             | 40 |
| 3.3.4 A importância da saúde mental.....  | 41 |
| 3.3.5 A perda do emprego e o sentimento de fracasso .....                               | 43 |
| 3.3.6 A perda habitacional e a situação de rua.....                                     | 44 |
| 3.3.7 As estratégias de sobrevivência adotadas .....                                    | 46 |
| 3.4 O menor número de Mulheres em Situação de Sem-Abrigo: Uma possível explicação ..... | 49 |
| 3.5 Análise dos Dados (Autoetnografia) .....  | 50 |
| Conclusão .....   | 63 |
| Bibliografia.....   | 66 |
| Anexos .....  | 73 |
| Anexo 1. Guião de Recolha de Informação.....  | 74 |
| Anexo 2. Notas de Campo .....   | 77 |

## **Índice de Tabelas**

|   |    |
|---|----|
| Tabela 1- Elementos de caracterização sociodemográfica das Mulheres em Situação de Sem-Abrigo ..... | 35 |
| Tabela 2- Ruturas comuns na população em estudo (aquando da entrada na instituição).....            | 47 |

## **Índice de Gráficos**

|  |    |
|--|----|
| Gráfico 1- Faixas etárias da amostra (obtidas através dos processos individuais das utentes) .....         | 31 |
| Gráfico 2- Estado Civil da amostra (obtido através dos processos individuais das utentes) .....            | 31 |
| Gráfico 3- Habilitações Literárias da amostra (obtido através dos processos individuais das utentes) ..... | 32 |

## **Índice de Siglas**

PSSA – Pessoa em Situação de Sem-Abrigo

SSA – Situação de Sem-Abrigo

ENIPSSA - Estratégia Nacional para a Integração de Pessoas em Situação Sem-Abrigo

NPISA – Núcleo de Planeamento e Intervenção Sem-Abrigo

FEANTSA – Federação Europeia de Organizações Nacionais que Trabalham com os Sem-Abrigo

RSI - Rendimento Social de Inserção

PSI – Prestação Social para a Inclusão

CAT – Centros de Acolhimento Temporário

CRI – Centro de Respostas Integradas

SAAS – Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social

DTS's – Doenças Sexualmente Transmissíveis

GIMAE – Grupo de Implementação, Monitorização e Avaliação da Estratégia

ISS – Instituto da Segurança Social

## **Introdução**

Os problemas sociais presentes nas dinâmicas do mundo contemporâneo como a Exclusão Social, fenómeno presente no percurso de vida de Pessoas em Situação de Sem-Abrigo (PSSA), pode espelhar-se em determinados desafios complexos para as ciências sociais em geral e para o Serviço Social que tem que intervir no seio dessa complexidade.

Esta investigação tem como objeto de estudo a especificidades das trajetórias de vida de mulheres em situação de sem-abrigo, sem-casa, acolhidas em regime de internamento, numa instituição situada no concelho do Porto. Durante o percurso na instituição, é realizado com as utentes um trabalho voltado para a reabilitação física e psicológica, assim como para a criação de condições económicas, sociais e pessoais que promovam a autonomização das mesmas. Esta intervenção é sustentada na elaboração de Diagnósticos Psicossociais que permitem identificar as principais potencialidades, dificuldades e objetivos na trajetória de vida das participantes da investigação.

De acordo com as considerações do Inquérito de Caracterização das Pessoas em Situação de Sem-Abrigo, de 31 de dezembro de 2023, “Quanto ao perfil das pessoas em situação de sem-abrigo verifica-se que são, sobretudo, homens” (Estratégia Nacional para a Integração de Pessoas em Situação de Sem-Abrigo, 2023, p. 15), constituindo-se como fundamental contribuir para a visibilidade de mulheres que experienciam o fenómeno em destaque no respetivo percurso de vida.

Deste modo, a presente investigação pretende compreender as especificidades das trajetórias de vida de mulheres em situação de sem-abrigo sem-casa, inseridas no contexto profissional da investigadora, tendo em consideração: as problemáticas que as conduziram até à situação de pobreza e exclusão social; os fatores de risco que fomentaram a situação de sem-abrigo; assim como as estratégias de sobrevivência e superação adotadas pelas participantes do estudo durante o respetivo percurso de vida, como forma de ultrapassar as adversidades sentidas. A recolha destas informações efetuou-se através da análise documental dos processos individuais das participantes selecionadas para o estudo, salientando-se a autoetnografia como outra das técnicas utilizadas para refletir acerca dos desafios e dinâmicas presentes no contexto de intervenção profissional da investigadora.

A estrutura do trabalho encontra-se dividida em três capítulos, organizados em subpontos conforme a sequência lógica das temáticas abordadas.

No primeiro capítulo, surge o enquadramento teórico, (subdividido em oito pontos), destacando-se a abordagem de temas como, a definição do conceito de Pessoa em Situação de Sem-Abrigo (PSSA) e a evolução do mesmo; as mulheres em situação de sem-abrigo; a pobreza e exclusão social; as limitações impostas pela representação de género; os fatores de risco que colocam as mulheres expostas à situação de vulnerabilidade social e, por fim, a intervenção do Assistente Social com PSSA.

O segundo capítulo, organizado em quatro subpontos, apresenta considerações relacionadas com a metodologia de investigação, objetivos de pesquisa e técnicas de recolha de dados utilizadas no decurso do estudo, nomeadamente a análise documental dos processos individuais das participantes, assim como a autoetnografia que alude para a reflexão acerca das práticas profissionais da investigadora.

Por fim, no terceiro capítulo, subdividido em quatro pontos, encontra-se a análise de dados acerca da caracterização sociodemográfica das participantes da investigação, considerando, de igual forma, a exploração de determinadas dimensões do percurso de vida das mesmas. Também se apresenta neste capítulo a explicitação dos desafios identificados no contexto profissional da investigadora, como resultado dos registos de campo elaborados no âmbito do processo autoetnográfico.

## **Capítulo 1. Enquadramento Teórico**

Segundo os dados do Inquérito de Caracterização das Pessoas em Situação de Sem-Abrigo (Estratégia Nacional para a Integração de Pessoas em Situação de Sem-Abrigo [ENIPSSA], 2023) em 31 de dezembro de 2023 identificaram-se cerca de 13 128 pessoas em situação de sem-abrigo (PSSA),

As informações expostas pela fonte anteriormente mencionada atentam, igualmente, para uma taxa de 1,29‰ de pessoas em situação de sem-abrigo em Portugal Continental, por mil residentes, sendo o Alentejo, Algarve e a Área Metropolitana de Lisboa os territórios nos quais se constataram as proporções mais elevadas.

A expressividade do fenómeno em análise releva a importância de intervenção e acompanhamento das PSSA. É necessário aprofundar o conhecimento desta problemática, bem como refletir permanentemente sobre a intervenção dos profissionais, dos processos e das dinâmicas institucionais nas estruturas locais de intervenção que atuam neste campo, de forma a proporcionar um entendimento mais aprofundado acerca das especificidades que influenciam a ocorrência de ruturas que agravam a exclusão social e os desafios aos modelos de intervenção que revertam os processos de exclusão (ENIPSSA, 2023).

Aliadas a estas questões, surgem os problemas de género nas mulheres em situação de sem-abrigo desprovidas de recursos financeiros e emocionais, que se cruzam com trajetórias de vidas marcadas pelo patriarcado, misoginia e machismo.

O Serviço Social apresenta como principal preocupação o combate à exclusão social e outros problemas sociais que decorrem da complexidade atual do mundo capitalista contemporâneo, assumindo extrema importância na intervenção junto de determinados grupos em situação de vulnerabilidade social, como é o caso das pessoas em situação de sem-abrigo.

### **1.1 O Serviço Social e o fenómeno da Exclusão Social**

O Serviço Social foi sendo desenvolvido, dependendo dos países e da situação política vivenciada nos mesmos, para gerir e reduzir a visibilidade do fenómeno da pobreza. Mais tarde, para combater esta problemática, tornou-se fundamental formar profissionais que conseguissem acompanhar e dar resposta às necessidades da população mais vulnerável.

Atualmente, o Serviço Social é compreendido como uma “(...) profissão de intervenção e uma disciplina académica que promove o desenvolvimento e a mudança

social, a coesão social, o *empowerment* e a promoção da pessoa” (Federação Internacional de Assistentes Sociais, 2014), sendo esta alicerçada segundo os princípios da justiça social, dos direitos humanos, da responsabilidade coletiva e do respeito pela diversidade.

Apesar dos esforços mobilizados para erradicar o fenómeno da pobreza e minimizar a exclusão social sentida por pessoas em situação de sem-abrigo, continuam a ser insuficientes as respostas sociais utilizadas para suprimir tais necessidades devido à existência de problemas estruturais, nomeadamente nas políticas de distribuição da riqueza, no combate às desigualdades, na fragilidade da proteção social, no investimento social na habitação, na formação e educação, nas políticas de emprego e na saúde mental.

## **1.2 Pessoas Sem-Abrigo: A evolução do conceito**

Em meados do século XVI, em Portugal, a responsabilidade face à assistência e caridade para com os mais desfavorecidos permanecia nas mãos das Misericórdias, igrejas e mosteiros que, até meados do século XVIII, pelas ruas, distribuíam a “sopa dos pobres”.

Ainda na época das monarquias portuguesas, e após o Terramoto de 1755, em Lisboa, ocorria uma severa violência contra os cidadãos que se encontravam numa situação mais vulnerável sendo-lhes atribuídos castigos ou até mesmo a condenação à morte (Bento & Barreto, 2002).

Anos mais tarde, em alternativa às prisões e na tentativa de diminuir a mendicidade nas ruas, foram criadas estruturas, intituladas de albergues (decreto-lei nº 30389 de 20 de abril de 1940), para acolher em regime de internamento provisório pessoas em situação económica, social, emocional ou mental vulnerável, aumentando a intervenção por parte do Estado no domínio da assistência e recuperação moral.

Apenas em 1976, com o decreto-lei nº365/76 de 15 de maio e a transferência da gestão dos albergues sobre a alçada da Polícia de Segurança Pública para o Ministério dos Assuntos Sociais (sector da Segurança Social), foi abolida a repressão à mendicidade. Este despoletou uma nova perceção e abordagem acerca do fenómeno da pobreza e da exclusão social, evidenciando que a situação de sem-abrigo não se reflete apenas numa situação de rua, mas também na acumulação de ruturas nas dimensões de vida que compõem o indivíduo, determinadas pelas condições estruturais da sociedade em que vive.

### 1.3 Conceito de Pessoa em Situação de Sem-Abrigo

A situação de sem-abrigo é considerada uma condição extrema de pobreza e exclusão social, na qual os indivíduos se encontram privados de uma habitação, com nulos ou frágeis recursos, e numa grave situação de desvinculação social. Esta condição resulta numa situação extrema de solidão e desvinculação, fruto das numerosas ruturas que o indivíduo vai experienciando nos contextos que compõem a sua vida.

Na obra de Bento & Barreto (2002), uma pessoa em situação de sem-abrigo é caracterizada como um indivíduo desprovido dos recursos necessários para a satisfação das necessidades básicas do ser humano, incluindo como necessidade básica, o estabelecimento de relações significativas e de qualidade que proporcionam a criação de sentimentos de segurança, conforto e bem-estar.

O conceito de pessoa em situação de sem-abrigo, na atualidade, revela uma maior complexidade, pois encontra-se em constante evolução e construção à medida que os fenómenos da pobreza e exclusão social vão sendo estudados e desenvolvidos. Em meados do século XVI, um indivíduo em situação de sem-abrigo era considerado um “vagabundo”, “vadio”, “ocioso” ou “mendigo”.

Após um longo período de estudo do fenómeno, Thomas (1997) conforme citado por Bento & Barreto (2002, p.6), aproximou-se à realidade dos indivíduos que se encontravam nesta condição e intitulou-os como sendo “*sansabri*”, atribuindo-lhes a noção de sem-abrigo como “(...) a falta de habitat mínimo, que protegeria o homem do frio, do vento ou da chuva, que, da mesma maneira que a alimentação e ou o vestuário, assegura uma necessidade essencial à sobrevivência humana”.

Num período mais atual, considera-se que uma pessoa em situação de sem-abrigo é aquela que “(...) independentemente da sua nacionalidade, origem racial ou étnica, religião, idade, sexo, orientação sexual, condição socioeconómica e condição de saúde física e mental se encontre sem-teto ou sem-casa” (Estratégia Nacional para a Integração de Pessoas em Situação Sem-Abrigo, 2017).

A Federação Europeia das Associações Nacionais que Trabalham com Sem-Abrigo (FEANTSA), vai para além destas definições e descreve as pessoas em situação de sem-abrigo como todos os indivíduos que não têm acesso aos recursos financeiros necessários para manter ou ter acesso a uma habitação efetiva, própria e com as mínimas condições de habitabilidade.

Como referido anteriormente, existem dois tipos de pessoas em situação de sem-abrigo, distinguindo-se por estar em situação de sem-teto e/ou sem-casa. As pessoas em

situação de sem-abrigo sem-teto correspondem a indivíduos que habitam no espaço público e se encontram alojadas em abrigos de emergência ou em situações precárias, (sítios que se encontram devolutos e sem condições de habitabilidade, nomeadamente carros, prédios, fábricas e casas abandonadas). Já as pessoas em situação de sem-abrigo sem-casa encontram-se inseridas em alojamentos temporários, (por exemplo, albergues noturnos), de modo a promover uma reinserção social, restabelecendo todas as dimensões que compõem a vida das mesmas. Após o acolhimento temporário nestes alojamentos, podem ocorrer encaminhamento das pessoas mencionadas para outras respostas sociais, adequadas ao acompanhamento de determinadas necessidades e problemáticas que se sobressaem na vida das mesmas, destacando-se como exemplos de tais serviços, as Comunidades Terapêuticas e os Apartamentos de Reinserção Social.

Para além de se encontrarem numa situação de vulnerabilidade social e económica, porque não conseguem aceder a uma habitação com as condições mínimas necessárias para o bem-estar integral da pessoa humana, não vêm reconhecido o pleno exercício dos seus direitos de cidadania (civis, políticos, sociais, económicos e de participação cívica), devido às barreiras estruturais que se colocam (Morales, 2010).

A este processo de sucessivas ruturas na vida dos indivíduos, Robert Castel designou de *désaffiliation*. Este conceito remete para uma das consequências do capitalismo vivenciado nos dias de hoje, sendo responsável pelo enfraquecimento das redes sociais que envolvem o indivíduo.

Para a efetiva compreensão acerca deste processo, Castel (1997) apresenta uma análise composta por quatro zonas específicas que permitem estimular ou enfraquecer os laços sociais que o indivíduo estabelece com a sua rede relacional. São elas: a zona de integração (na qual predomina um trabalho estável e uma forte inserção relacional), a zona de vulnerabilidade (marcada pela existência de uma diminuição da segurança laboral e um enfraquecimento da rede relacional), a zona da desfiliação (assinalada pela ausência de trabalho e isolamento social), e a zona intitulada de assistência (na qual se efetua o tratamento e a proteção dos mais desfavorecidos, podendo ser praticada de duas formas: através de esmolas ou de acolhimento em meios institucionais – hospitalização, por exemplo).

Tal como anteriormente mencionado, o fenómeno da pobreza é deveras complexo e deriva da conjugação de diversos fatores e tem sido objeto de investigação científica. Mas o problema tem-se agravado e a sua persistência segundo Capucha, 2004, p. 28), é

atribuída (...) ao novo contexto da economia mundial e à globalização” (Capucha, 2004, p. 28).

A nova economia, baseada na inovação e no conhecimento, permite que ocorram mudanças significativas na forma como o mundo se encontra organizado. No entanto, nem sempre essas mudanças atingem a finalidade pretendida. Por exemplo, o sistema de emprego segmentado reforça a divisão entre “(...) empregos de qualidade com os empregos desinteressantes, mal remunerados, de baixa qualidade (...)” (Capucha, 2004, p. 45), impossibilitando que todos os indivíduos tenham acesso a condições profissionais e salariais dignas das necessidades crescentes do mundo capitalista.

Todas estas perspetivas fazem-nos compreender que os indivíduos que se encontram envolvidos em espirais de ruturas e rejeições não têm, na maioria das vezes, acesso a oportunidades, recursos financeiros e competências para participarem de forma ativa e plena na sociedade.

A título de exemplo, a Rita (nome fictício), utente que faz parte da amostra, após iniciar os consumos de substâncias ilícitas, entrou numa espiral socialmente desqualificante: perdeu o emprego, a habitação, o contacto e a relação com os familiares, incluindo a guarda parental dos seus filhos e viu-se obrigada a vivenciar uma situação de sem-abrigo, pernoitando numa habitação devoluta. Para conseguir assegurar os seus consumos, adotou estratégias de sobrevivência como por exemplo, o trabalho sexual e pequenos furtos, uma vez que, segundo a mesma, “trabalhava de noite para conseguir consumir e me aguentar durante o dia, sem rressacar. Eu tinha muito medo da rressaca” (informação recolhida através do processo individual da utente).

#### **1.4 As Mulheres em situação de sem-abrigo**

O estudo de mulheres em situação de sem-abrigo reflete um dos interesses dos profissionais que intervém com este público, principalmente quando se denota a existência de pesquisas de caracterização do fenómeno cujos resultados refletem a predominância de elementos do sexo masculino no perfil de pessoas em situação de sem-abrigo.

Tendo em consideração o Inquérito relativo à Caracterização das Pessoas em Situação de Sem-Abrigo (2023), a 31 de dezembro de 2023, estima-se que cerca de 32% das pessoas sem-teto são mulheres, verificando-se ainda a representatividade do sexo feminino, nas pessoas sem-casa, numa percentagem de 23% (ENIPSSA, 2023).

Segundo Nobre (2020), considerar que as problemáticas da pobreza e exclusão social são fenómenos quase exclusivamente masculinos é ter uma visão redutora relativamente aos mesmos, pelo simples facto de que, em determinados casos, as mulheres tendem a “(...) recorrer a um leque mais vasto de soluções para pernoitar ou residir, por exemplo coabitando temporariamente com familiares e amigos” (Nobre, 2020, p. 334). Desta forma, conseguimos compreender que, em certos casos, as mulheres dispõem de mais recursos para lidar com situações de falta de alojamento próprio, contando com o apoio das suas redes informais de suporte, ou seja, familiares, vizinhos ou amigos.

O Observatório Europeu sobre a Situação de Sem-Abrigo concebeu a Tipologia Europeia de Situação de Sem-Abrigo e Exclusão Habitacional como sendo uma ferramenta operacional que define, de forma mais ampla, o fenómeno de pessoas em situação de sem-abrigo (Nobre, 2020). Esta ferramenta permite abranger um maior conjunto de situações habitacionais de modo a incluir um número mais elevado de pessoas que habitam em situações de vulnerabilidade social e em risco de vivenciarem uma situação de sem-abrigo.

Em determinadas situações habitacionais, é provável encontrarmos um elevado número de mulheres que não possuem habitação própria, no entanto, também não se encontram em situação de sem-abrigo ou acolhidas em centros de alojamento temporário. Encontram-se em situações nas quais existe habitação que se caracteriza por ser insegura ou inadequada (Miguel et al., 2010), a título de exemplo, habitações de terceiros e alojamentos coletivos em situação de sobrelotação. Estas tipologias permitem contrariar a invisibilidade a que determinadas mulheres em situação de pobreza e exclusão social estão sujeitas.

Por vezes, as mulheres evitam ingressar em centros de acolhimento para pessoas em situação de sem-abrigo porque este tipo de acolhimento as expõe a episódios de estigmatização, culpabilização e vergonha decorrentes de se encontrarem alojadas nesse tipo de respostas. Pode-se afirmar que tentam, ainda, evitar situações onde se possam sentir inseguras, uma vez que, neste tipo de serviços, existe uma predominância masculina, fazendo com que sintam receio de “(...) ficarem expostas a situações de violência e abusos” (Barros, 2010, p. 18). Estas visões redutoras face às mulheres contribuem para o “(...) aumento da sua invisibilidade e para a diminuição da sua representação pública” (Ribeirinha, 2021, p. 36). Em alguns casos, as mulheres tendem a sentir-se retraídas, amedrontadas e inseguras por estarem acolhidas em serviços ou

instituições onde se encontram inseridos ambos os sexos, acabando por se tornarem invisíveis como forma de se protegerem devido à sua vulnerável condição.

Estas situações podem agravar-se no caso de mulheres com percursos de vida marcados pelo desemprego, com filhos, sem redes de apoio informal ou que habitam em contextos de violência, consumos ou conflitos. Estas fragilidades podem levar a um aumento exponencial de mulheres em situação de sem-abrigo.

A vivência de situação de sem-abrigo, pode encontrar-se relacionada com questões de género, por exemplo, a violência e desigualdade de género que desempenha um papel relevante nesta problemática, na medida em que a mulher poderá sentir maior dificuldade de adaptação e receio de experienciar determinados contextos e circunstâncias (Machado, 2012).

Segundo Mayock et al. (2015), no decorrer da intervenção com mulheres em situação de sem-abrigo, deve ser adotada uma perspetiva de género mais adequada que permita ter em consideração as especificidades e particularidades de cada mulher de forma individual. É, por isso, necessário avaliar as trajetórias e histórias de vida das mulheres em situação de sem-abrigo desde a sua infância, de forma a compreender os contextos sociais de origem e principais motivos que levaram as mesmas até à situação de sem-abrigo. Desta forma, equacionamos a ideia de que certos acontecimentos passados poderão estar na origem ou ter real impacto nas situações que as mulheres vivenciam no presente, sendo, por isso, necessário ter em conta todas as dimensões de vida das mesmas no decorrer do processo de intervenção social.

Tendo em consideração os estudos do ENIPSSA, a 31 de dezembro de 2023, foram referenciados cerca de 13.128 pessoas em situação de sem-abrigo, sendo 7.705 em situação de sem-teto (vivem na rua, em espaços públicos, abrigos de emergência ou locais devolutos), e 5.423 em situação de sem-casa (acolhidos em centros de alojamento temporário ou específicos para pessoas em situação de sem-abrigo, quartos pagos, entre outros). Pode-se afirmar que entre o ano de 2022 (10.773) e o ano de 2023, ocorreu um aumento considerável de pessoas em situação de sem-abrigo, cerca de 2.355 (ENIPSSA, 2023).

Tendo por base novamente os dados do Inquérito de Caracterização das Pessoas em Situação de Sem-Abrigo, a 31 de dezembro de 2023, constitui-se como plausível inferir que o perfil das PSSA coincide com indivíduos do sexo masculino, solteiros, com idade compreendida entre os 45 e 64 anos e de nacionalidade portuguesa (ENIPSSA, 2023). Além disso, a maioria destas pessoas possui habilitações literárias correspondentes

ao 2º e 3º ciclos de estudos do Ensino Básico, encontrando-se em situação de insuficiência económica, e, por isso, o Rendimento Social de Inserção (RSI) apresenta-se como a fonte de rendimento mais importante. Os dados do inquérito mencionado anteriormente, revelam, de igual forma, que a maioria das pessoas permanece em situação de sem-abrigo entre 1 e 5 anos.

Apesar de existir um maior número de pessoas em situação de sem-abrigo do sexo masculino, de forma transversal, nas diferentes regiões em estudo no inquérito, (Alentejo, Algarve, Área Metropolitana de Lisboa, Centro e Norte), importa também destacar a representatividade de mulheres em situação de sem-abrigo. Desta forma, as mulheres em situação de sem-abrigo assumem uma percentagem de 41% no Alentejo, 30% no Algarve, 20% na Área Metropolitana de Lisboa, 35% na região Centro e 27% na região Norte (ENIPSSA, 2023).

### **1.5 A Pobreza e a Exclusão Social**

Dada a multidimensionalidade que caracteriza os fenómenos da pobreza e exclusão social, realça-se a necessidade de desenvolver e construir conhecimentos acerca dos diferentes pilares que compõem a vida dos indivíduos. Esta constatação surge com o intuito de não canalizarmos somente a explicação do fenómeno para a situação de pobreza relacionada com os recursos económicos que o indivíduo dispõe, sendo necessário mobilizar a avaliação das diferentes dimensões como a situação perante o emprego, escolaridade, profissão, contexto social, cultural e simbólico.

Entre os autores que contribuíram para o conhecimento da pobreza e dos seus modos de vida, referimos Luís Capucha (2004) e Serge Paugam (2005). Luís Capucha estruturou o estudo da pobreza mediante duas perspetivas – Tradição Socioeconómica e Tradição Culturalista. Na primeira ocorre uma centralização da análise da pobreza na dimensão económica, através de dados recolhidos pelos Centros de Investigação acerca do rendimento das famílias, de forma a desenvolver políticas de promoção da erradicação da pobreza. Esta abordagem classifica a pobreza em três tipos: Pobreza Absoluta (caracterizada pela incapacidade de o indivíduo garantir a sua subsistência e eficiência física, através do acesso à alimentação, hidratação e repouso, colocando-o numa situação de miséria), Pobreza Relativa (fazem parte deste tipo, indivíduos que não possuem rendimentos económicos capazes de os incluir nas condições e modos de vida definidos nos padrões normativos partilhados pela sociedade), e Pobreza Subjetiva (depende da

perspetiva de cada pessoa, tendo em consideração o que cada um define como sendo a pobreza) (Capucha, 2004).

Na segunda perspetiva, a Tradição Culturalista é definida como cultura ou modo de vida marcado por múltiplas carências que se encontram interligadas, por exemplo, baixa escolaridade, iliteracia, diplomas com pouco valor simbólico, falta de recursos económicos, desemprego de longa duração, entre outros (Capucha 2005).

Luís Capucha contribuiu com os seus estudos, para uma maior consciencialização e compreensão dos fenómenos da pobreza e das desigualdades sociais, enfatizando a importância de serem desenvolvidas políticas públicas capazes de dar resposta às reais necessidades da população em situação de vulnerabilidade. Perante isto, é necessário também consciencializar as instituições da importância de se efetuar um trabalho inclusivo.

Por sua vez, Paugam analisa as condições em que as pessoas em situação de pobreza vivem, a forma como elas tentam combater essa situação e as políticas públicas que devem ser implementadas. O autor descreve a pobreza como um fenómeno complexo que envolve múltiplas dimensões de vida dos indivíduos e acarreta consequências para a vida dos mesmos, tais como, ao nível da saúde, das relações sociais e das expectativas que têm relativamente ao futuro (Paugam, 2005).

Como forma de melhor compreender o fenómeno, Paugam distingue três formas elementares de perceber a pobreza, nomeadamente a Pobreza Integrada (situada em locais marcados pela existência de um estado de pobreza há relativamente muito tempo, presenciando-se um elevado número de pessoas na mesma condição, por isso, não são estigmatizados), a Pobreza Marginal (na qual o número de pessoas em situação de pobreza é diminuto, pelo que integram uma pequena minoria, entrando em processos de estigmatização), e a Pobreza Desqualificante (segundo a qual as pessoas que estão em situação de precariedade laboral, social, económica e habitacional se encontram à margem da sociedade) (Paugam, 2005).

Além das considerações referidas, denota-se a ausência de laços sociais, vinculação e afeto como outra das ruturas características do processo de marginalização descendente das pessoas em situação de sem-abrigo. No caso de determinadas utentes que a investigadora acompanha, foi possível constatar que integraram a instituição sem qualquer tipo de contacto e retaguarda familiar, ou seja, os vínculos sociais das mesmas encontravam-se perdidos.

Perante isto, é fundamental investir em planos de ação que potenciam a identificação das problemáticas que conduziram o indivíduo à situação de sem-abrigo. Após a sua identificação, é necessário atuar nas problemáticas dominantes, criando condições e oportunidades que permitam reverter a situação de vulnerabilidade social do indivíduo (Perista & Baptista, 2010).

## **1.6 Representações de Género**

Representações sociais e identidade de género foram conceitos desenvolvidos e criados através de um vasto universo simbólico que define as noções de género feminino e masculino. Estas noções são construídas através dos modos de pensar, agir e sentir, definindo a identidade de cada género (Martins A. F., 2017).

As questões de género afetam a representatividade de ambos os sexos na problemática da exclusão social, uma vez que, apesar de existirem situações específicas que conduzem os indivíduos à condição extrema de pobreza, verificam-se especificidades ligadas a situação da mulher, nomeadamente o acesso aos serviços de saúde, emprego e formação profissional (Machado, 2012).

A sociedade encontra-se estruturada com base em determinados princípios e normas que orientam e regulam todo o funcionamento da mesma. Além dos princípios e normas, o comportamento dos indivíduos na sociedade também se orienta segundo valores, entendidos como crenças e regras de conduta, que definem o que é aceite ou reprovável num determinado meio.

Desta forma, ao definir os padrões de comportamento associados a cada género, a sociedade acaba por incentivar a construção de identidades (determinadas pelo meio cultural no qual a pessoa se encontra inserida), que associam o género feminino à fragilidade e à submissão perante o género masculino, sendo este último vinculado à imagem de poder, força e controlo, por exemplo.

Estes valores acabam por se transformar em sistemas de representações sociais, definidos por Jodelet (2002, p. 22) como uma “(...) forma de conhecimento socialmente elaborado e partilhado, com um objetivo prático, e que contribui para a construção de uma realidade comum a um conjunto social”, conforme citado por Trindade (2020, p. 3). Por outras palavras, as representações sociais caracterizam-se pela perceção que o ser humano tem acerca do mundo, baseada nos valores, crenças e experiências de vida de cada um.

Estas normas de conduta e representações sociais orientam os comportamentos que o indivíduo adota durante o seu quotidiano de forma inconsciente, uma vez que à medida que o mesmo vai crescendo são-lhe inculcadas formas de agir e pensar com base nessas mesmas noções.

Os processos cognitivos, de acordo com Amâncio (1993),

(...) são orientados pela estruturação assimétrica dos conteúdos associados ao sexo biológico que desenvolve uma ordem social caracterizada pela extensão dos significados masculinos a diversos aspetos do domínio público e privado e pela estrita associação dos significados femininos às relações afetivas e à reprodução biológica (p. 135).

A identidade de género pode ser influenciada, deste modo, por uma assimetria dos recursos simbólicos que homens e mulheres dispõem para construir a respetiva individualidade social, quando o que se pretende é que ocorra uma cessação das desigualdades existentes entre ambos os géneros. Exemplos das assimetrias referidas refletem-se numa sociedade patriarcal que coloca a mulher, na prática, num grau de inferioridade e desigualdade face ao homem.

Embora as mulheres tenham vindo a conquistar o seu lugar no mundo do trabalho, na vida social e política, permitindo serem vistas de forma mais equitativa, a sociedade continua a ser “(...) criada pelo homem e para o homem (...)” (Machado, 2012, p. 9). As desigualdades de género continuam a persistir na atualidade espelhando-se por exemplo, na dificuldade de ascensão a cargos de liderança por parte das mulheres, apesar de se assistir, progressivamente, a um investimento destas últimas em níveis de escolaridade mais elevados (David, 2020). Por conseguinte, surgem as desigualdades salariais e contratuais que colocam a mulher numa posição de maior vulnerabilidade face a situação de sem-abrigo.

A organização da sociedade é influenciada pelos papéis sociais do género, assim como pelas crenças e estereótipos associados às mulheres e respetivas formas de agir ao longo da sua trajetória (David, 2020).

## **1.7 Fatores de Risco**

A par do fenómeno das desigualdades de género, a perceção da situação de sem-abrigo também se constitui como um processo que está em constante evolução e, desta forma, é alvo de diferentes abordagens que permitem compreender o percurso de vida daqueles que a experienciam.

Uma das componentes contemplares na análise das trajetórias de vida de mulheres em situação de sem-abrigo, corresponde à identificação de possíveis fatores de risco que conduziram a uma situação de pobreza e exclusão social.

### **1.7.1 Violência de género**

Um dos fatores de risco corresponde à violência de género que se encontra enraizada na sociedade e em determinadas culturas através de atos de submissão, dependência afetiva, económica, tráfico de seres humanos, violência sexual ou outras práticas nefastas, apresentando-se, por isso, como um dos obstáculos para a autonomia e liberdade das mulheres. A desigualdade de género poderá estar implícita em contextos familiares marcados por situações de violência doméstica que levam as mulheres a sair das próprias casas, em determinados casos, sem retaguarda económica e social, colocando-se numa situação de risco ou mesmo de rua.

Seguindo esta linha de ideias, apesar de o seio familiar ser percecionado por uns como um “(...) lugar seguro e de refúgio (...)” (Simões, 2015, p. 4), para outros é um ambiente marcado pela violência, opressão e controlo. Considera-se violência doméstica qualquer tipo de “(...) maus tratos físicos ou psíquicos, uma ou várias vezes, sobre conjugue ou ex-cônjuge (...) quer haja ou não coabitação” (Associação Portuguesa de Apoio à Vítima, 2023). Algumas mulheres, que se encontram em contextos marcados pela violência, antecederam famílias nas quais predominavam o domínio, o controlo, o machismo, a violência e a misoginia.

A violência familiar pode ser identificada pela forma como a pessoa agressora reage a determinados contextos, por exemplo, através da resolução violenta de conflitos e do autoritarismo, sendo que estas formas de agir se refletem na forma como a pessoa agredida se apresenta, ou seja, por meio da baixa autoestima, isolamento, tristeza e medo (Martins et al., (2017).

Tendo em consideração os estudos de Alarcão (2006), existem determinados fatores que podem potenciar o aparecimento do desequilíbrio familiar, nomeadamente o stresse, a instabilidade económica, a frustração face ao desemprego e o consumo de substâncias lícitas ou ilícitas. Para além destas condições, associadas ao indivíduo, ocorrem ainda outros fatores de risco ligados à cultura do próprio, como a religião, a definição dos papéis de género, o uso da força e do poder (Martins et al., 2017).

Antes destes contextos de violência alcançarem o seu ponto de rutura, em alguns casos, as mulheres toleram determinados comportamentos vindos do seu agressor na esperança de alcançarem uma relação mais equilibrada.

Autores como Martins (2017), referem que alguns dos motivos que prendem as mulheres a relações abusivas encontram-se relacionados com a existência de descendência, a insuficiência de abrigos capazes de acolher a mãe juntamente com os seus filhos, a desproteção ao nível da autonomia e a dependência em relação à figura agressora, ao nível emocional, financeiro, profissional e pessoal.

Em determinado ponto de rutura, após a vivência de um ciclo de abuso, as mulheres acabam por decidir deixar os seus lares na esperança de conseguirem alcançar o bem-estar e a segurança desejadas, no entanto, o facto de não possuírem nenhuma alternativa habitacional ou rendimentos poderá resultar numa nova situação de vulnerabilidade social. A situação de sem-abrigo poderá colocar as mulheres expostas a situações de violência, nomeadamente agressões, assédio e exploração sexual, condicionando ainda mais a sua situação.

### **1.7.2 Ruturas familiares e família monoparental**

Quando a “mudança estrutural (...) resultante de um processo de divórcio, separação e viuvez, origina transições e reorganizações inevitáveis que podem tornar stressante o ambiente de toda a família (...)” (Agostinho, 2012, p. 6), a gestão familiar incide apenas numa única pessoa, o que poderá incentivar situações de vulnerabilidade económica e social, bem como a sobrecarga de tarefas e responsabilidades. Este tipo de situações poderá promover, de igual forma, o aparecimento de sentimentos de tristeza e solidão na mulher. As famílias monoparentais maternas podem representar um dos grupos socialmente mais afetados por situações de pobreza e exclusão social.

Entende-se por família monoparental “(...) um núcleo familiar onde vive um pai ou uma mãe só (sem cônjuge), com um ou vários filhos dependentes” (Assembleia da República, 2000, p. 1). Tendo em consideração os dados dos Censos de 2021, nesse ano, os núcleos monoparentais femininos representavam a grande maioria dos agregados familiares monoparentais, com 85,6%, face aos núcleos de pai com filhos, que evidenciam 14,4% de representatividade (Instituto Nacional de Estatística, 2022).

Neste contexto, as responsabilidades financeiras recaem apenas num membro da família, traduzindo uma maior vulnerabilidade económica e financeira, visto que no caso

de ser uma mulher, o vencimento desta é, por vezes, inferior ao do homem. Esta situação poderá colocar a mulher em maior risco face uma situação de pobreza.

Luís Capucha constitui-se como um dos autores que indica a existência de uma correlação entre os fenómenos da pobreza e exclusão social e a monoparentalidade. No entanto, esta ligação “(...) existe quando é mediada por outros fatores.” (Capucha, 2004, p. 193), tais como a capacidade para conservar um emprego, as qualificações literárias, as oportunidades de emprego e o acesso a serviços de apoio para a guarda das crianças na ausência das mães. Assim sendo, uma mulher que se encontre em situação de monoparentalidade, com baixas qualificações e ausência de oportunidades profissionais, encontra-se numa situação de extrema vulnerabilidade à pobreza e a exclusão social. Aliado a esta conjuntura, as mulheres podem vivenciar um desgaste emocional incitado pela responsabilidade única de educar os filhos, o estigma associado à monoparentalidade, a falta de recursos económicos, a dificuldade em manter uma habitação e a ausência de uma rede de suporte social. Os sentimentos de stress, ansiedade e depressão, experienciados pelas mulheres, sem o devido acompanhamento, em termos de saúde mental, podem provocar a perda da guarda dos filhos, situação de desemprego e perda habitacional, culminando numa situação de sem-abrigo, por exemplo.

### **1.7.3 Desemprego e precariedade**

No século XX, mesmo com a crescente inserção da mulher no mercado de trabalho, a luta feminista pela igualdade de género desenvolveu-se na vida social, política e cultural da sociedade, nomeadamente em termos de oportunidades de trabalho, condições contratuais e salariais. Tendo em consideração os estudos de Novellino (2004), os baixos salários, as condições laborais precárias são identificadas como as principais causas da feminização da pobreza, assumindo que as mulheres se encontram nessa situação, essencialmente, porque “(...) são mulheres (...)” (Novellino, 2004, p. 3) e não têm acesso às mesmas condições e oportunidades que os homens

A privação do emprego acarreta consequências emocionais, sociais, psicológicas, simbólicas e culturais, representando o sinal mais visível de “(...) disfuncionalidade (...) e (...) desestruturação da vida pessoal, familiar e social (...)” das pessoas que se encontram privadas de um emprego há um longo período de tempo (Major, 2013, p. 7).

Este fator coloca as mulheres em situação de debilidade social, marginalização e pobreza, uma vez que, em alguns casos, experienciam desemprego de longa duração,

deparando-se com trabalhos precários marcados pelas desigualdades salariais entre elementos dos dois sexos.

Uma mulher que experiencie uma situação de desemprego confronta-se com uma realidade na qual terá de fazer um elevado esforço de adaptação devido à “(...) diminuição dos rendimentos, alteração do estatuto social, modificação do relacionamento com os outros, sentimento de fracasso, de isolamento e de perda de sentido de vida” (Vieira, 2014, p. 12). Mulheres que experienciam este tipo de contextos por um longo período de tempo, poderão desenvolver consequências ao nível do seu bem-estar psicológico, nomeadamente, “(...) depressões, baixa autoestima, sentimentos de insatisfação com a vida, dificuldades cognitivas e dificuldades de relacionamento familiar” (Vieira, 2014, p. 12), sentindo-se perdidas no que diz respeito à sua própria identidade, autonomia e valorização pessoal.

A perda do emprego impede que as mulheres tenham acesso a uma alimentação adequada, uma habitação segura e aos cuidados básicos de saúde, acabando assim por agravar a sua situação. O desemprego de curta, média, mas sobretudo de longa duração provoca sentimentos de ansiedade, stress e depressão, dificultando a procura de uma nova atividade laboral. Perante uma situação de sem-abrigo, ocorrem duas problemáticas. A primeira é que sem uma habitação digna, uma alimentação adequada e o acesso aos cuidados de saúde básicos, as mulheres em situação de sem-abrigo não conseguem manter um emprego. A segunda problemática encontra-se relacionada com o estigma sentido por mulheres em situação de sem-abrigo, que, agravado pela situação de desemprego, cria mais obstáculos à reintegração social.

Ao ingressar neste ciclo de sucessivas ruturas, as mulheres podem acabar por serem vítimas de redes de tráfico de seres humanos ou de trabalho sexual. De acordo com o artigo 3º, alínea a), do Decreto nº5.017 de 12 de março de 2004, entende-se por tráfico de seres humanos “(...) o recrutamento, transporte, transferência, alojamento ou acolhimento de pessoas recorrendo à ameaça ou ao uso da força ou a outras formas de coação (...) para fins de exploração”, encontrando-se associado a questões de género, vulnerabilidades e fragilidades das vítimas.

De acordo com Rocha (2021), as principais causas associadas ao crime do tráfico de seres humanos prendem-se com a existência de vulnerabilidades associadas à situação de pobreza e exclusão social nas quais os indivíduos se encontram, as notórias desigualdades entre homens e mulheres e a violência contra estas últimas, que se perpetua de geração em geração.

Estas redes de tráfico humano representam uma das mais graves formas de violação dos direitos humanos. A comercialização de pessoas e a sua exploração sexual “(...) correspondem a um atentado à dignidade do ser humano” e a “(...) usurpação da liberdade que se inicia com a assunção de posse pelo traficante (...)” (DGPJ, s.a). A exploração inclui (...) o trabalho ou serviços forçados, a escravatura ou práticas similares à escravatura, a servidão ou a extração de órgãos” (Associação para o planeamento da família , 2023).

As mulheres em situação de sem-abrigo, privadas de recursos básicos à sobrevivência, encontram-se numa situação de maior vulnerabilidade ao ingressarem em redes de tráfico de seres humanos ou trabalho sexual como forma de suprimirem as dificuldades sentidas. O trabalho sexual é utilizado, em determinados casos, por mulheres em situação de sem-abrigo como uma estratégia de combate à pobreza e exclusão social. No entanto, estas estratégia de sobrevivência perpetua o ciclo de exploração originando situações que colocam as mulheres em situações de risco, tais como a transmissão de doenças sexualmente transmissíveis.

#### **1.7.4 Dependência de substâncias**

Outro dos fatores de risco que colocam as mulheres em situações de risco ou permanência da situação de sem-abrigo, corresponde à dependência de substâncias que se reflete, segundo a Organização Mundial da Saúde (2007), num “(...) transtorno que envolve os sistemas motivacionais do cérebro (...)” (p. 19). O transtorno por uso de substâncias “(...) envolve um padrão patológico de comportamentos onde os consumidores continuam a utilizar a substância apesar de experimentarem problemas significativos relacionados ao seu uso” (Manual Merck Sharp & Dohme, 2022).

Os comportamentos aditivos e dependências são considerados como fenómenos complexos e multidimensionais, influenciados por fatores genéticos (historial familiar de adição), neurológicos ou psicológicos (perturbações mentais), e ambientais (aspetos sociais e culturais associados a determinados contextos). Este tipo de fatores, anteriormente mencionados, tornam o indivíduo mais suscetível para o desenvolvimento da adição.

Em determinados casos, o consumo de substâncias psicoativas é utilizado para que os seus utilizadores possam sentir prazer ou evitar o mal-estar que sentem (tristeza, insónias, irritabilidade, inquietação, depressão). No entanto, as práticas de consumo podem acarretar danos irreversíveis a curto, médio e longo prazo, nomeadamente

consequências crônicas (doenças infetocontagiosas e vírus da hepatite C), biológicas (alterações na concentração, discernimento e overdoses), e sociais (ruptura de laços sociais e profissionais), que comprometem o bem-estar do indivíduo (Organização Mundial da Saúde, 2007).

Tendo em consideração os dados obtidos através do Relatório Europeu sobre Drogas 2021, acerca da situação em matéria de consumo de droga na Europa, estima-se que cerca de 32,8 milhões de indivíduos com experiência de consumo de drogas são do sexo feminino (Observatório Europeu da Droga e da Toxicodependência, 2021). Segundo estudos realizados na área dos comportamentos aditivos e dependências, existe uma unanimidade relativa ao perfil sociodemográfico de mulheres consumidoras, nomeadamente: encontrarem-se em situação de sem-abrigo, desemprego, com baixos índices de escolaridade, solteiras, sem rede de suporte social, vítimas de violência intrínseca ao fenómeno do uso dessas substâncias, sendo, por isso, mais vulneráveis à existência de sequelas físicas e psiquiátricas decorrentes desses contextos de violência quando comparadas aos homens (Santos, et al., 2019).

Uma das estratégias adotadas por mulheres consumidoras de substâncias lícitas e ilícitas corresponde à integração em redes de trabalho sexual como forma de conseguirem assegurar os seus consumos. Denota-se que existe estigmatização social associada às trabalhadoras sexuais que as inibe de procurarem apoio ao nível dos serviços sociais e da saúde, encontrando-se, por isso, desprovidas de qualquer tipo de apoio (Silva, 2023).

Considerando a complexidade do fenómeno dos comportamentos aditivos e dependências, bem como o respetivo impacto na vida de mulheres consumidoras, os programas de tratamento são ainda escassos. É necessário conhecer o verdadeiro perfil de mulheres consumidoras, contemplando todas as especificidades da sua vida e os principais motivos que dificultam “(...) a manutenção e adesão ao tratamento das mulheres dependentes” (Santos, et al., 2019, p. 186).

A falta de respostas específicas que consigam fazer face às necessidades de mulheres consumidoras, torna-se um obstáculo na procura e acesso aos serviços, reforçando as experiências negativas e o surgimento de sentimentos de culpa e vergonha associados ao estigma sentido (Silva, 2023).

Sabe-se que o passado marcado pela inferioridade, violência, misoginia e sobrevalorização do género masculino condiciona a forma como as mulheres se percecionam. Tendem, por isso, a aproximarem-se e relacionarem-se com pessoas que

possuem características semelhantes às das suas figuras de vinculação, reproduzindo os ciclos de origem.

Na história de vida de pessoas em situação de sem-abrigo pode-se identificar, assim, a presença de determinadas problemáticas resultantes de opções assumidas ou impulsionadas pelos fatores de risco enumerados, que fortalecem “(...) uma rejeição para fora das outras representações normalizantes da sociedade” (Xiberras, 1993, p. 29).

### **1.8 A Intervenção do Assistente Social com Pessoas em Situação de Sem-Abrigo**

A definição do conceito de pessoa em situação de sem-abrigo engloba a privação por falta de recursos materiais e financeiros, que coloca os indivíduos numa situação de pobreza e exclusão social. Os fenómenos da pobreza e exclusão social encontram-se maioritariamente ligados à rutura da coesão social e nos diversos contextos que compõem a vida dos indivíduos.

Salienta-se, desta forma, a intervenção do Assistente Social que deve ser orientada mediante “(...) saberes teóricos, ideológicos, científicos e culturais que podem potenciar estratégias (...) que permitem a produção e a transformação dos sistemas em que esse agente se insere” (Esteves, 2007, p. 25). Por outras palavras, entendemos que os profissionais devem mobilizar o conhecimento explícito e o conhecimento tácito que adquirem ao longo do seu percurso académico e profissional, tendo como objetivo principal o desenvolvimento de um trabalho de acompanhamento e orientação junto dos indivíduos em situação de vulnerabilidade social, proporcionando o surgimento de mudanças nos diferentes sistemas da vida social destes últimos, quer ao nível familiar, profissional e institucional.

Os Assistentes Sociais desempenham um papel fundamental no processo de mudança de vida das pessoas em situação de sem-abrigo, na medida em que possuem a capacidade de trabalhar com os indivíduos no seu empoderamento como forma de superar a condição vulnerável, desenvolver estratégias de superação e valorização da cidadania.

Desta forma, sabe-se que é importante que os Assistentes Sociais invistam “(...) na pesquisa de estudos e intervenções (...) na perspetiva de tirar partido de teorias consistentes, em termos de serem traduzíveis em guias da ação suscetíveis de gerar mudanças significativas nas condições de existência dos indivíduos” (Tralhão, 2022, p. 61).

Entre o ano de 2004 e 2005, o Instituto da Segurança Social (ISS) procedeu à realização de um estudo com o principal objetivo de caracterizar a população em situação

de sem-abrigo e as respostas existentes para atender a tal condição. Como consequência deste estudo, surgiu, no ano de 2009, uma estratégia nacional destinada à prevenção, intervenção e acompanhamento de pessoas em situação de sem-abrigo, com objetivo de dar resposta eficaz, aos desafios consequentes da complexidade e multidimensionalidade do fenómeno (Estratégia Nacional para a Integração de Pessoas em Situação de Sem-Abrigo, 2017). Para responder às necessidades das pessoas, definiram-se duas metas principais, nomeadamente reforçar os conhecimentos que existiam acerca da temática, permitindo que se definisse e clarificasse o conceito de pessoa em situação de sem-abrigo, e promover a qualidade dos serviços e instituições de apoio às vítimas desta condição (Instituição Nacional dos Direitos Humanos, 2021).

Perante o sucesso da primeira estratégia, foi elaborada uma segunda para os anos de 2017 a 2023 que pretendia dar continuidade ao trabalho com PSSA e redefinir algumas das medidas, como por exemplo proteger os indivíduos para que não permanecessem na rua por mais de 24 horas, por falta de alternativas habitacionais ou de acolhimento. Numa fase posterior, a estratégia foi prorrogada até ao ano de 2024.

Atualmente, e uma vez que a situação de sem-abrigo se apresenta como um fenómeno complexo e multidimensional, foi proposta a criação de uma nova ENIPSSA 2025-2030, numa perspetiva holística do indivíduo e da intervenção com o mesmo.

Os Núcleos de Planeamento e Intervenção Sem-Abrigo (NPISA) criados em cada região, permitem que se atue de forma próxima e fundamentada de modo a articular com a rede de apoio composta por entidades públicas e privadas, procurando mobilizar recursos basilares para a efetiva resolução do problema. A partir desta rede de apoio, é escolhido um técnico gestor de caso, figura central durante toda a intervenção desenvolvida, e técnicos gestores de tarefa que, em articulação com o gestor de caso, nos diferentes serviços, asseguram as atividades necessárias para o processo de inclusão social do utente.

O primeiro gestor tem como principal função o acompanhamento e gestão do processo, uma vez que assume o papel de mediador facilitando o acesso aos serviços que as pessoas necessitam. É ainda um agente de planeamento, coordenação e supervisão de todos os serviços que são prestados à pessoa em situação de sem-abrigo ou à sua família, identificando-se como um elemento facilitador do acesso a determinados serviços ou entidades. O profissional deve potenciar a construção de uma relação marcada pela empatia, confidencialidade e confiança, representando um elo facilitador da intervenção.

Já os gestores de tarefa assumem as funções de acompanhamento das atividades delineadas no plano de inserção em cada serviço, de forma a colaborar na elaboração e aprofundamento do diagnóstico para garantir a coerência das tarefas desenvolvidas, responder às necessidades da pessoa em situação de vulnerabilidade, e efetuar em conjunto com o gestor de caso, uma avaliação de toda a intervenção para compreender o impacto da mesma.

Atualmente, o Decreto-Lei nº 55/2020 de 12 de agosto concretizou a transferência de competências do ISS para os Órgãos Municipais (Autarquias Locais), e entidades intermunicipais no domínio da Ação Social (Serviços de Atendimento e Acompanhamento Social). O principal objetivo desta transferência era manter o trabalho de proximidade efetuado pelas Autarquias, ocorrendo uma descentralização das competências sociais para o acompanhamento de indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade e exclusão social.

O processo de descentralização concretizou a transferência das responsabilidades e da gestão de uma entidade centralizada, como é o caso da Segurança Social, para as entidades locais.

Este processo de transferência pretende dar continuidade ao trabalho de salvaguardar os “(...) interesses legítimos dos cidadãos e das comunidades, potenciando uma prossecução do interesse público” (Decreto-Lei nº55/2020 de 12 de agosto). Atualmente, os órgãos municipais têm como principais competências o Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social (SAAS); a elaboração de cartas sociais municipais (mapeamento dos equipamentos sociais existentes na comunidade); a implementação de atividades de lazer para a comunidade; a elaboração de relatórios de diagnóstico para acompanhamento de pessoas em situação de vulnerabilidade social; e a celebração e acompanhamento dos contratos de inserção dos beneficiários de RSI, entre outros.

Já na alçada da Segurança Social, ficam os processos com as problemáticas da Toxicodependência, Alcoolismo e HIV-Sida que possuem apoios económicos. Os utentes acompanhados pela investigadora possuem estas problemáticas em questão, no entanto, não se encontram a usufruir de apoios económicos, pelo que foram transferidos para a responsabilidade das autarquias.

Com o processo de transferência de competências para a responsabilidade e supervisão das autarquias, enquanto técnica gestora de casos do NPISA, vi reduzida a autonomia na gestão dos processos individuais, perante a inexistência de acesso à

plataforma ASIP para atualização e registo de informação. Desta forma, existe uma duplicação do trabalho, sendo por isso necessário efetuar uma articulação com um técnico do Município e informá-lo acerca do trabalho efetuado com o utente para que este último consiga acrescentar essas informações à plataforma de gestão de casos e manter assim os processos atualizados. O acesso à plataforma administrada pelas Autarquias está condicionado aos técnicos gestores de caso externos, devido à proteção de dados.

Em contrapartida, os órgãos pertencentes ao Grupo de Implementação, Monitorização e Avaliação da Estratégia (GIMAE), decidiram implementar uma plataforma a nível nacional, permitindo que os técnicos dos NPISA tenham a possibilidade de efetuar o registo, atualização e a gestão dos processos ativos que acompanham.

A duplicação de funções refletida anteriormente, conforme a perceção da investigadora, pode trazer vantagens e desvantagens. Como vantagem apresenta a importância da intervenção e articulação entre os técnicos (NPISA e Município), o que possibilita a existência de troca de experiências e conhecimentos que irão favorecer a intervenção com os utentes. No entanto, para além do trabalho por parte dos técnicos ser uma vantagem, denota-se como desvantagem, a gestão do tempo de trabalho dos mesmos de forma desproporcional aos processos que têm que acompanhar.

Para além de não ser benéfico para os profissionais, a duplicação do trabalho, da gestão e do registo, também lhes retira tempo que seria canalizado para trabalharem, junto com os utentes, as problemáticas sociais e os seus projetos de vida.

Ao invés de se investir na criação de uma plataforma cuja rentabilidade poderá não ser aproveitada na sua totalidade, como sugestão de melhoria, as Autarquias poderiam estabelecer um protocolo com as entidades e partilhar com estas as credenciais de acesso à plataforma. Desta forma, o investimento na criação e implementação de uma nova plataforma poderia contribuir para a contratação de mais técnicos de acompanhamento, assim como para a formação dos gestores, potenciando o sucesso das intervenções.

Recorrendo novamente à perceção da investigadora, a (re)adaptação à nova plataforma poderá provocar desgaste, sobrecarga, frustração e cansaço dos técnicos.

Na sequência destas análises, foi possível reter os seguintes questionamentos acerca da descentralização do poder: “Será que o investimento canalizado para a implementação de uma nova plataforma era mesmo necessário? Vai possibilitar o sucesso da intervenção junto dos utentes ou a sob carga dos técnicos poderá condicionar o sucesso das mesmas?”.

## **Capítulo 2. Metodologia**

### **2.1 Objetivos**

Além dos contributos teóricos expostos no capítulo anterior elucidarem a importância de investigação do tema da presente dissertação, a definição de objetivos concebe-se como imprescindível na compreensão das intenções da pesquisa realizada. Desta forma, o objetivo geral, indicador da dimensão mais ampla da investigação, bem como os objetivos específicos, relacionados com os fins que gradativamente permitem o alcance do objetivo geral, refletem-se nos seguintes propósitos:

- 1) Objetivo geral: Compreender as especificidades das trajetórias de vida das mulheres em situação de sem-abrigo e os desafios que coloca à intervenção do serviço social.
- 2) Objetivos Específicos:
  - a) Caracterização da população em estudo;
  - b) Identificação dos problemas, percursos, obstáculos, potencialidades e capacidades nas histórias de vida da população em estudo;
  - c) Compreensão e análise da intervenção do profissional de serviço social com a população-alvo.
  - d) Reflexão acerca das práticas e desafios presentes no contexto de intervenção da investigadora.

### **2.2 Metodologia de Investigação**

A natureza da investigação pode assumir três diferentes tipos: abordagens Quantitativas, Qualitativas ou Mistas. Existem notórias diferenças entre elas, sendo o mais evidente o tipo de dados utilizados pelas Quantitativas e Qualitativas. Nas primeiras, os dados utilizados são “(...) numericamente mensuráveis (...)” ao contrário da abordagem qualitativa onde são “(...) dependentes de evidência não numérica” (Castro et al., 2021, p. 191).

A pesquisa adotada na presente investigação é de natureza qualitativa. A abordagem qualitativa é um termo utilizado para definir o plano que conduz todo o processo de intervenção. É um método de pesquisa que surgiu na antropologia e é geralmente utilizada para estudar uma temática na sua profundidade. O investigador utiliza o ambiente e contexto social como instrumento principal para a recolha de informação, de forma detalhada e descritiva.

Esta investigação científica procura construir uma descrição narrativa acerca de determinada temática ou fenómeno, a fim de a/o compreender na sua totalidade. Este método funciona através de uma combinação de observações e documentos (Goméz, 2021). Busca promover um desenvolvimento e uma construção de conhecimento mais profundo acerca de possíveis questões que surgem de determinado fenómeno.

Este método de investigação é comumente utilizado para recolha de informação em profundidade, através de um número reduzido de casos (Álvares, 2021). Procura, de igual forma, promover uma análise intensiva voltada para a exploração de uma pluralidade de dimensões que compõem a vida da população-alvo, o que coincide com o principal objetivo de estudo do fenómeno implícito nesta investigação.

Para além disso, sabe-se que a pesquisa qualitativa permite obter dados “(...) para o desenvolvimento e a compreensão das relações entre os atores sociais e a sua situação. O objetivo é uma compreensão detalhada das crenças, atitudes, valores e motivações, em relação aos comportamentos das pessoas em contextos sociais específicos” (Bauer & Gaskell, 2002, p. 65).

A amostra do estudo foi selecionada intencionalmente, correspondendo a mulheres em situação de sem-abrigo institucionalizadas numa Associação situada no Concelho do Porto. Diante destes propósitos, a investigação orientou-se de acordo com as seguintes etapas:

- Revisão de Literatura;
- Análise Documental dos processos individuais da amostra selecionada;
- Autoetnografia - método utilizado com a finalidade de produzir uma reflexão acerca da intervenção profissional desenvolvida pela investigadora com as mulheres em situação de sem-abrigo, com registo sistemático em notas de campo da experiência da intervenção social desenvolvida;
- Análise de Conteúdo das notas de campo elaboradas e dos documentos utilizados como fontes de informação;

Tendo em consideração que esta investigação teve como principais sujeitos de inquirição seres humanos, foi fundamental, no decorrer de toda a pesquisa, ter como referência os princípios éticos para a proteção das mulheres em situação de sem-abrigo, e instituição na qual se encontram inseridas.

Todo o processo de investigação implicou a proteção da dignidade, segurança e o bem-estar dos participantes para que a relação social de investigação e a relação

profissional fossem pautadas pela confiança, transparência, honestidade e proximidade. Ao longo da redação da presente dissertação a confidencialidade foi assegurada utilizando nomes fictícios para garantir um “(...) processo de confiança, que deve ser recíproco: de alguém que confia e de alguém que é confiável” (Carvalho et al., 2021, p.51).

No percurso da investigação foram abordados temas sensíveis ou dolorosos para os indivíduos que participam no mesmo. Os investigadores têm acesso a informações confidenciais, sensíveis e que “(...) são propriedade dos intervenientes da intervenção (...) e não podem ser partilhados sem consentimento livre e informado dos mesmos” (Carvalho et al., 2021, pp. 50-51).

Segundo o princípio da confidencialidade, “(...) o assistente social tem o dever de sigilo” (Carvalho et al., 2021, p.51). Como investigadora foi mantido o sigilo profissional, para garantir o sucesso da intervenção e o bem-estar do indivíduo.

Nas diferentes etapas de investigação desenvolvidas e antes da recolha de informação com recurso aos processos individuais dos utentes, foi elaborado um documento de informação ao participante no qual se encontra explícita a participação de forma voluntária, os objetivos do estudo, as técnicas de recolha de dados utilizadas e o direito de desistir, a qualquer momento, da investigação. sem retaliações resultantes da decisão de desistência.

Por uma questão de preservação da identidade das utentes que compõem a amostra, o nome utilizado para a apresentação das suas trajetórias de vida apresenta um carácter fictício.

## **2.3 Técnicas de Recolha de Dados**

### **2.3.1 Autoetnografia**

Um aspeto importante desta investigação foi a reflexão feita sobre as dinâmicas, ações e práticas de intervenção desempenhadas pela investigadora no respetivo contexto de atividade do exercício profissional, bem como a análise crítica acerca de algumas situações que suscitaram questões à investigadora.

O constante questionamento da investigadora sobre a sua prática, o significado de possíveis ações, interações e relações identificadas no contexto de pesquisa (Mattos, 2011) foram muito importantes.

O registo das interseções entre o “eu” (investigadora) e o contexto de exercício da profissão, por meio de notas de campo, reforça a importância de alcançar a autorreflexão que a investigação pretende, na medida em que legitimam a experiência etnográfica

identificando possíveis desafios, ambiguidades e contrariedades emergentes no decorrer da pesquisa (Nicola & Vosgerau, 2020).

Esta técnica de recolha de dados permite investigar, compreender e analisar a intervenção da investigadora, considerando os conhecimentos teóricos a esta associados. Posteriormente a esta análise, foi possível contruir novas abordagens teóricas, formas de agir na intervenção social e, por conseguinte, contribuir para o processo autorreflexivo da identidade profissional.

A autoetnografia realizada nesta investigação tomou a investigadora como sendo o principal foco de estudo, possibilitando a construção de uma análise da própria intervenção e posterior avaliação fundamentada em teorias e estudos previamente desenvolvidos.

A reflexão desenvolvida acerca da forma de agir do profissional, pressupõe que a investigação seja guiada por um ato político socialmente justo e consciente (Calva, 2019). O profissional/investigador partiu da sua prática e experiência em contexto de trabalho e refletiu acerca das mesmas, com a finalidade de desenvolver mais conhecimento e aperfeiçoar o seu saber-fazer.

Esta técnica de recolha de dados pode ser encarada como uma atividade que “(...) favorece o distanciamento em relação ao objeto (...)” (Arruda, 2012, p. 10), possibilitando uma avaliação clara e rigorosa acerca do mesmo, visto que o investigador consegue criar um certo distanciamento do contexto de análise, a fim de refletir e avaliar a própria forma de agir.

Exemplos de aspetos fundamentais para a elaboração da análise pretendida, refletem-se nos valores e crenças que regulamentam a profissão, em articulação com a missão e valores que guiam o funcionamento de determinado contexto institucional. Desta forma, a investigadora observou e descreveu registos e notas de campo para posteriormente lhe servirem de material de análise das atividades desenvolvidas.

Tendo em consideração os estudos de Calva (2019, p. 88), sabe-se que a autoetnografia ensina os investigadores que “ser reflexivos requiere ser consciente de nosotros mismos. Debemos vigilar-nos como tomadores de decisiones, agentes y actores”. Por outras palavras, procuramos garantir uma das principais características da autoetnografia - o investigador deve sentir-se retratado no que foi escrito, permitindo que avalie a sua própria experiência profissional.

Esta técnica de recolha de dados pretende, assim, produzir dados sustentados na auto-observação e dimensão autorreflexiva, num determinado contexto de trabalho, interligando aspetos profissionais com significados mais amplos.

### **2.3.2 Análise Documental**

No decorrer desta investigação, foram utilizadas como fontes de informação, os processos individuais de utentes integradas num contexto institucional, com o intuito de realizar uma caracterização sociodemográfica das mesmas, tendo como pano de fundo a problemática das mulheres em situação de sem-abrigo, bem como aferir os principais temas inerentes ao percurso de vida das participantes.

A análise documental constitui-se como um método para determinados autores e uma técnica de recolha de dados para outros, sendo o seu principal objetivo a obtenção da informação necessária no processo de investigação (Silva, 2021). Nesta investigação, a análise documental foi considerada uma técnica de recolha de dados, uma vez que os processos individuais das utentes de uma instituição se constituíram como fonte de informação necessária à prossecução dos objetivos delineados.

Perante as características dos documentos selecionados, consideram-se estes últimos como fontes de informação secundárias, uma vez que contêm dados de informação pré-existente. O acesso às informações pretendidas nos processos, permite identificar um conjunto de vantagens da análise documental, nomeadamente: a disponibilidade, estabilidade (informação pode ser consultada sempre que se justificar), exatidão (em termos de referências precisas da história de vida dos utentes como as dimensões que os compõem), e ausência de intromissão e reatividade (Silva, 2021).

O autor indica também a existência de determinadas limitações associadas à técnica de recolha de informação em análise, tais como: detalhe insuficiente (quanto ao conteúdo das informações preexistentes), complexidade da codificação das informações disponíveis, dificuldade de perceção dos dados escritos nos documentos (por exemplo, quanto ao seu conteúdo, se estiver escrito à mão ou danificado), e inviabilidade da informação (possibilidade de informação conter omissões, erros ou distorções), segundo Kripka et al. (2015).

Perante a constatação de informação insuficiente em determinados processos das utentes, selecionadas para a amostra do estudo, procedeu-se ao questionamento dos dados em falta, considerados pertinentes não só para os objetivos da investigação, mas também para o enriquecimento do diagnóstico psicossocial das mesmas. Este questionamento foi

realizado no decorrer de momentos de interação com as utentes, na sequência do contacto e permanência no contexto de exercício profissional da investigadora.

Importa salientar que a identificação da informação pretendida para a prossecução das finalidades de investigação teve como principal suporte, as dimensões relativas ao percurso de vida de mulheres em situação de sem-abrigo, definidas num guião de recolha de informação<sup>1</sup>, destinado à pesquisa dos dados nos processos individuais da amostra selecionada.

Em suma, a análise documental implicou localizar parte das fontes de informação fundamentais à perceção de potencialidades de desenvolvimento do projeto de investigação.

#### **2.4. Seleção da Amostra**

A seleção da amostra, tida em consideração na presente investigação, foi realizada de forma intencional consoante os objetivos definidos anteriormente.

Desta forma, a amostra é constituída por 7 mulheres em situação de sem-abrigo acompanhadas no contexto do exercício profissional da investigadora. No processo seleção da amostra, evidenciou-se como necessária a definição de determinados critérios de inclusão e exclusão, adequados ao cumprimento de características condizentes aos objetivos delineados para a investigação.

Deste modo, os critérios de inclusão assentam, essencialmente, na identificação de pessoas do sexo feminino; encontrarem-se em situação de sem-abrigo; integradas em instituição de acolhimento em regime interno; e autorizarem a respetiva participação na investigação através da assinatura de um consentimento informado.

Nos critérios de exclusão, como a própria designação indica, denotam-se as características e condições contrárias aos critérios de inclusão, nomeadamente: a identificação de pessoas do sexo masculino; mulheres que não se encontram em situação de sem-abrigo em regime interno de acolhimento na instituição; ou possíveis participantes que se recusem a assinar o consentimento informado, como forma de autorizar o respetivo envolvimento na investigação.

---

<sup>1</sup> Consultar Guião de Recolha de Informação presente no anexo 1.

## **Capítulo 3. Análise de dados**

### **3.1 Análise de Conteúdo**

A análise de dados seguiu a abordagem da análise de conteúdo, de forma a organizar, agregar e enumerar a informação recolhida em categorias.

Tendo em consideração os estudos de B. Berelson (1948), conforme citado por Bardin (1977), pode definir-se análise de conteúdo como um conjunto de técnicas cujo principal objetivo é o de analisar a comunicação, visto que tem por “(...) finalidade a descrição objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto da comunicação” (p. 19).

Na perspetiva de outros autores como Câmara (2013), o pesquisador tem não só o trabalho de entender o que está expresso na comunicação, como também o exercício de produzir novas perspetivas, significados e atribuições relativos ao conteúdo explorado.

A escolha das informações a serem analisadas pode ser conduzida por meio de determinados aspetos, como: a exaustividade (sendo necessário ter em conta todos os elementos adquiridos através dos instrumentos de recolha de dados, não excluindo qualquer informação); a representatividade (tendo por base uma amostra representativa do fenómeno em estudo); a homogeneidade (pretendendo-se recolher informações relativas à temática em estudo, com recurso a técnicas idênticas e indivíduos semelhantes), e a pertinência (as informações recolhidas devem aproximar-se aos objetivos que suscitam a investigação) (Bardin, 1977).

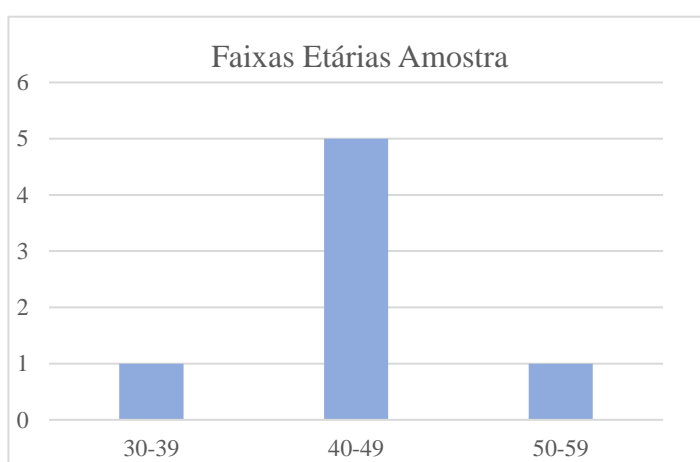
Seguindo esta linha de raciocínio, Júnior & Batista (2021) enumeram três etapas fundamentais para a concretização da análise de conteúdo, nomeadamente: pré-análise; exploração do material e tratamento dos resultados - inferência e interpretação. A primeira fase é considerada a fase de organização dos materiais necessários para a efetiva recolha de informação. A fase da exploração é caracterizada pela codificação e reorganização dos dados, no sentido de os reagrupar em diversas categorias, efetuando uma posterior análise. A última etapa, intitulada de tratamento de resultados, pressupõe a realização dos processos de inferência (pretende analisar a relação existente entre a temática e outros fatores inerentes à mesma), e interpretação dos dados (atividade que tem por finalidade dar um significado mais amplo aos dados recolhidos, interligando-os aos objetivos propostos e aos conhecimentos teóricos de referência).

Para além da construção de mais conhecimento científico ao fenómeno e contexto em estudo, a análise de conteúdo apresenta ainda determinadas vantagens, nomeadamente a facilidade de acesso aos documentos necessários para a sua análise, o alcance de maior

rigor nos resultados, bem como a possibilidade de revisão da informação mais do que uma vez (Silva, 2021).

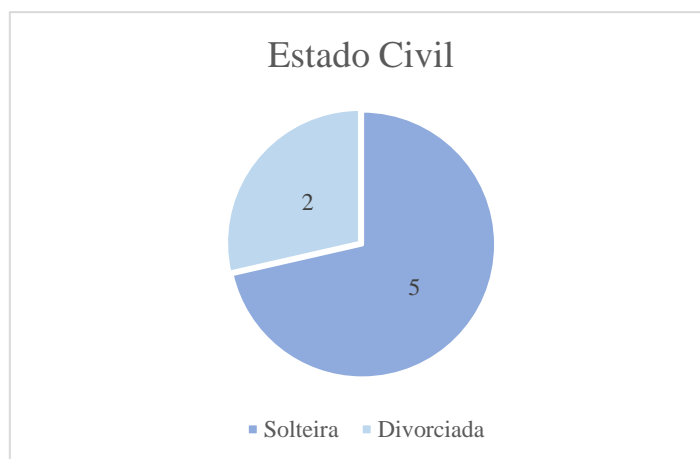
### 3.2 Caracterização Sociodemográfica de Mulheres em situação de sem-abrigo

Um dos aspetos fundamentais a ter em consideração para a efetiva concretização de uma caracterização sociodemográfica da população em estudo é o fator idade, sendo que a faixa etária identificada se encontra compreendida entre os 30 e os 52 anos (gráfico 1). O grupo de idades com maior expressão corresponde ao dos 40-49 (71,4%). No âmbito das idades das 7 utentes, sabe-se que a média das mesmas é de aproximadamente 44 anos.



**Gráfico 1-** Faixas etárias da amostra (obtidas através dos processos individuais das utentes)

No que concerne ao estado civil verifica-se, maioritariamente, a presença de mulheres solteiras (71,4%), seguindo-se mulheres divorciadas (28,6%), conforme os dados apresentados no gráfico 2.

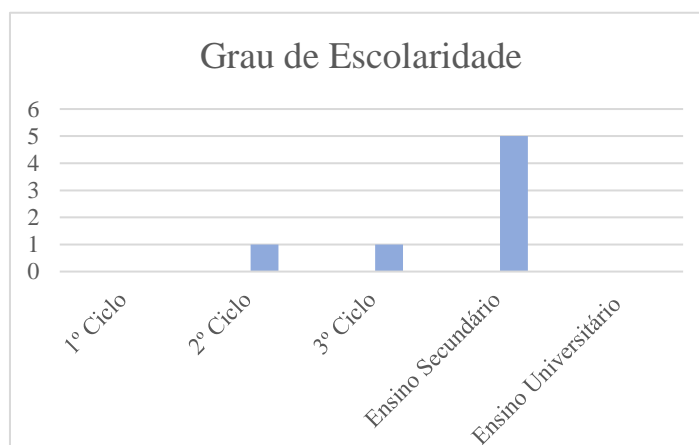


**Gráfico 2-** Estado Civil da amostra (obtido através dos processos individuais das utentes)

No que diz respeito à nacionalidade das mulheres que compõem a amostra, 57,1% são de nacionalidade estrangeira, seguido de mulheres de nacionalidade portuguesa, 42,9%. Quantificando as percentagens em números, cerca de 4 mulheres são de nacionalidade estrangeira e 3 mulheres de nacionalidade portuguesa. O aumento significativo da população migrante em busca de melhores condições de vida e de condições de sobrevivência podem estar na origem destes dados.

Apesar do estabelecimento de objetivos voltados para a procura de novas oportunidades, a integração da população estrangeira nos países de acolhimento pode passar por situações de sem-abrigo, principalmente quando se denota a ausência de retaguarda familiar ou redes de suporte informal que favoreçam a adaptação nos contextos necessários ao prosseguimento de vida. Estas dificuldades refletem-se, de igual forma, no período de permanência destas pessoas na instituição que as acompanha, visto que o apoio e suporte fornecidos por esta última, em termos de informação de direitos, garantia dos meios de subsistência e planeamento de projeto de vida, sobrepõem-se à instabilidade sentida aquando da sua chegada ao país de acolhimento.

Outro dos indicadores em estudo traduz-se nas habilitações literárias da amostra, que se encontram localizadas no 2º e 3º ciclo e no ensino secundário, existindo um igual número de utentes com o 6º ano de escolaridade e o 9º (cerca de 14,3%, 1 utente em cada ano – gráfico 3). Cerca de 5 utentes (71,4%) concluíram com sucesso o ensino secundário, o que releva, neste grupo, uma maior valorização dos percursos escolares.



**Gráfico 3-** Habilitações Literárias da amostra (obtido através dos processos individuais das utentes)

Tendo em consideração os dados apresentados, o término dos estudos no 2º e 3º ciclos (6º e 9º anos de escolaridade), pode estar associado a determinados fatores como

por exemplo, a conclusão dos anos de escolaridade que componham o ensino obrigatório estabelecido nas diferentes épocas, ou as necessidades verificadas pelo agregado familiar dos participantes em iniciar uma atividade laboral, não se constatando expectativas de prosseguimento dos estudos.

No que diz respeito às participantes que completaram o ciclo de estudos até ao 12º ano, verifica-se a opção por cursos de formação profissional, mais direcionados para o exercício de atividade laboral nas respetivas áreas de interesse. Uma das participantes integradas neste segmento da amostra, chegou a integrar o ensino superior tendo abandonado o 2º ano do plano de estudos, devido à intensificação de problemas de consumo de substâncias psicoativas.

No que concerne aos recursos financeiros da população em estudo, todas se encontram em situação de insuficiência económica, uma vez que, algumas são beneficiárias da prestação de RSI (57,1% - 4 utentes), uma utente encontra-se sem qualquer rendimento (14,3%), outra utente beneficia do Rendimento Mínimo Vital (subsídio de Espanha- o seu país de origem), e a restante aufere a Prestação Social para a Inclusão (PSI).

Ao nível da condição perante o trabalho, a maioria das utentes encontra-se em situação de desemprego de longa duração (período superior a 1 ano), uma vez que já frequentam o programa de reabilitação há um ou mais anos, há exceção de duas utentes que integraram o mesmo no presente ano. Duas utentes encontram-se em situação de desemprego de longa duração por questões de saúde mental (depressão crónica e psicose), as restantes por questões de consumos de substâncias psicoativas (não conseguiram manter o emprego devido ao início e permanência dos consumos). Independentemente dos motivos apresentados, é possível constatar, na história de vida dos participantes, que a respetiva experiência profissional se encontra relacionada com o exercício de funções no setor de atividade terciário (relacionado com a prestação de serviços, essencialmente, na área do comércio e hotelaria).

Relativamente à existência de filhos, 4 das 7 utentes possuem filhos menores de idade (57,1%), que se encontram institucionalizados ou à guarda de outros familiares, sendo um dos principais motivos para a ocorrência desta rutura correspondente ao consumo de substâncias líticas ou ilícitas por parte da figura materna. No entanto, não se verificam entraves ao contacto regular entre mães e filhos, e o reforço deste laço afetivo tem sido estimulado através de chamadas telefónicas e visitas regulares que proporcionam a comunicação e a convivência de forma presencial.

Outros motivos apontados pelas utentes para a institucionalização são: a situação de sem-abrigo (semelhante a todas as utentes), os problemas de saúde mental e a consequente falta de retaguarda social.

No que diz respeito ao tempo de vivência em situação de sem-abrigo, sabe-se que algumas das utentes experienciaram a mesma já no passado, integrando pensões, quartos, centros de acolhimento temporário e casas devolutas. Desta forma, e incluindo o período de integração das utentes no contexto profissional da investigadora, é possível identificar tempos de permanência de situação de sem-abrigo compreendidos entre 1 e 14 anos.

O período de consumo de substâncias psicoativas das utentes encontra-se compreendido entre os 2 anos e os 30 anos, o que demonstra uma diferença significativa na idade de início dos consumos. Em determinados casos, os consumos tiveram início na fase da adolescência ou no início da fase adulta, apontando como principais motivos a influência do grupo de pares ou a curiosidade. Outras razões que foram mencionadas para a explicação do início dos consumos, correspondem à influência dos companheiros, bem como a atenuação de sentimentos como a tristeza, ansiedade e depressão.

Quando questionadas relativamente aos respetivos objetivos de vida para o futuro, todas as utentes mencionaram o desejo de reorganização das suas vidas, não retornando práticas de consumo de substâncias psicoativas, exercendo um trabalho que lhes permita atingir autonomia em termos económicos, e a habitação numa casa que permita a convivência regular com os filhos.

Tendo em consideração o perfil de mulheres em situação de sem-abrigo sem-casa que são acompanhadas pela investigadora, pode-se afirmar que possuem idades compreendidas entre os 30 e os 52 anos, com uma idade média de aproximadamente 44 anos, solteiras, com filhos, maioritariamente de nacionalidade estrangeira, que possuem como grau de escolaridade o ensino secundário e que se encontram em situação de insuficiência económica, sendo beneficiárias de RSI.

**Tabela 1-** Elementos de caracterização sociodemográfica das Mulheres em Situação de Sem-Abrigo

| Identificação <sup>2</sup> | Idade | Nacionalidade            | Grau de Escolaridade | Condição perante o emprego | Profissão                 | Nº de Filhos | Tempo de situação de Sem-Abrigo |
|----------------------------|-------|--------------------------|----------------------|----------------------------|---------------------------|--------------|---------------------------------|
| Ana                        | 32    | Venezuelana e Portuguesa | 9ºano                | Desempregada               | Funcionária de Escritório | 0            | 4 anos                          |
| Andreia                    | 52    | Francesa                 | 12ºano               | Desempregada               | Call-Center               | 0            | 5 anos                          |
| Fabiana                    | 47    | Angolana                 | 12ºano               | Desempregada               | Cozinheira de 1ª          | 2            | 1 ano                           |
| Inês                       | 43    | Espanhola                | 12ºano               | Desempregada               | Auxiliar de Geriatria     | 2            | 1 ano                           |
| Rita                       | 43    | Portuguesa               | 12ºano               | Desempregada               | Funcionária de Escritório | 3            | 14 anos                         |
| Susana                     | 49    | Portuguesa               | 6ºano                | Desempregada               | Operária Fabril           | 2            | 2 anos                          |
| Soraia                     | 45    | Portuguesa               | 12ºano               | Desempregada               | Funcionária de Loja       | 0            | 3 anos                          |

**Fonte:** Processos individuais da Amostra selecionada para a investigação.

Estão em situação de desemprego de longa duração e apresentam essencialmente como principais causas para a situação de sem-abrigo, os consumos de substâncias lícitas e ilícitas e a saúde mental.

### 3.3 Análise das Trajetórias de vida de Mulheres em situação de Sem-Abrigo

As dimensões anteriormente analisadas indicam ruturas presentes na trajetória individual de mulheres em situação de sem-abrigo, resultando em situações de exclusão social.

Na resposta a estas ruturas com os contextos de trabalho, saúde, família, educação e habitação, destacam-se os serviços e respostas de determinadas instituições que têm como objetivo assegurar o acesso às necessidades básicas das pessoas em situação de sem-abrigo. Por meio da recolha de informação realizada, foi possível constatar, no percurso de vida das pessoas selecionadas, o acompanhamento por parte de instituições como os Centro de Alojamento Temporário (CAT), os Centros de Respostas Integradas (CRI), Unidade de Psiquiatria do Centro Hospitalar e os Serviços de Atendimento e Acompanhamento Social (SAAS). Outra das respostas referidas, como ponto de ligação às instituições apresentadas, reflete-se nas Equipas de Rua, que, por vezes, estabelecem

---

<sup>2</sup> Identificação fictícia por uma questão de proteção da identidade da amostra.

os primeiros contactos com as mulheres em situação de sem-abrigo e promovem a troca de informações base acerca do fenómeno.

A passagem ou permanência destas pessoas nos contextos acima mencionados “(...) demarcam-se como elementos de auxílio essenciais na situação de carência que esta população se encontra” (Ferreira, 2019, p. 20). Através da análise documental efetuada, foi possível identificar as intervenções realizadas em tais contextos como o acolhimento e satisfação de necessidades básicas das mulheres em situação de sem-abrigo que compõem a amostra. A mudança permanente das mulheres de instituição para instituição, pode ter origem, em determinados casos, na falta de recursos humanos, pois os profissionais que acompanham as pessoas em situação de sem-abrigo são responsáveis por diversas situações, o que dificulta um acompanhamento mais individualizado e permanente que sustente e acompanhe um plano de vida capaz de garantir a reintegração social fora da instituição. Para além da satisfação das necessidades básicas dos utentes, estas instituições têm como objetivo reforçar o exercício da cidadania, com o intuito de promover a autonomia e *empowerment* necessários à saída do acolhimento institucional.

### **3.3.1 A Infância e a Importância de uma Vinculação Segura**

A infância apresenta-se como uma das fases cruciais para o desenvolvimento saudável da vida de um ser humano.

Ao longo de todo o desenvolvimento, a criança vai interiorizando alguns aspetos importantes, transmitidos pelas suas figuras de referência, que servirão como exemplos de representações mentais e formas de agir no futuro, no decorrer da relação com os outros. Estas representações apresentam aspetos importantes relativamente ao Eu e à construção da identidade pessoal, ao Outro e à relação entre ambos (Terenó & Matos, 2017).

Numa fase inicial, a criança vai observar os padrões de comportamento reproduzidos pelas suas figuras de vinculação, a forma como interagem consigo, a frequência com que o fazem, a proximidade e o contacto visual que estabelecem consigo, sendo estes aspetos determinantes para caracterizar, num futuro, as interações interpessoais e as relações que a criança estabelece com a família. A vinculação segura na infância promove o desenvolvimento integral da criança e potencia o desenvolvimento da autoconfiança, autoestima e autonomia.

Neste sentido, é fundamental que exista uma vinculação segura e positiva das figuras de referência para com a criança, que permite que a mesma desenvolva o seu bem-estar ao nível psicológico, social, físico e emocional.

No entanto, nem sempre as relações na infância são marcadas pela existência de vinculação segura entre as crianças e as suas figuras de referência, como é o caso da Andreia que, nos primeiros meses de vida, foi adotada por uma família após ter sido abandonada pela sua família biológica. No decorrer da sua vida, nunca se sentiu amada e acolhida pela família adotiva, vivenciando situações de trauma, maus-tratos físicos e psicológicos. Nunca conheceu a sua família biológica, não compreendendo o motivo pelo qual foi abandonada e, posteriormente, adotada por uma família que não lhe demonstrou carinho, atenção, compreensão e amor. Desde os 17 anos que saiu de casa e se tornou autónoma, rompendo a sua relação e contacto com os pais adotivos. Vive até aos dias de hoje sem compreender o motivo de ter sentido abandonada por duas vezes. Sentia-se sozinha.

Analisando esta trajetória de vida, apesar de a Andreia ter conseguido, numa fase adulta, manter empregos estáveis, ser independente financeira e socialmente, ter conhecido vários países e ter tido sempre uma vida autónoma, comprova-se a importância da vinculação segura no desenvolvimento infantil como forma de criar nos indivíduos sentimentos necessários à construção de um trajeto de vida seguro e estável.

Outra das trajetórias de vida que comprova a importância do desenvolvimento da criança na infância é a história da Inês. Trata-se de uma mulher cujo relacionamento familiar, desde muito cedo, se demonstrou ser distante e conflituoso. Não se sentia amada e acarinhada pelos progenitores. Aos 14 anos, iniciaram-se os abusos sexuais por parte dos seus tios. Anos mais tarde, desenvolveu uma Hepatite B através do contacto sexual com um familiar infetado. Assustada decidiu partilhar com a sua mãe o que estava a sentir e o tratamento que seria necessário realizar. A progenitora não demonstrou preocupação. Foi nesse momento em que a jovem percebeu que se encontrava rodeada de muitas pessoas e familiares, mas estava genuinamente sozinha, tinha que arranjar alguma estratégia para se conseguir abstrair da rejeição e solidão que sentia, iniciando, aos 18 anos, o consumo de Cocaína.

Perante a trajetória de vida da Inês, destacamos a importância de uma figura de vinculação na vida de uma jovem criança. Desde cedo que sofreu de abusos por parte de membros da sua família e nunca sentiu a confiança e o interesse necessários por parte da progenitora para pedir-lhe ajuda. Quando contraiu Hepatite B e já não sabia como agir,

decidiu contar à sua progenitora dos abusos dos quais era alvo há já alguns anos. A sua reação não era aquela que a Inês estava à espera. Esta não demonstrou interesse nem preocupação, desvalorizando o assunto.

Quando a figura de referência, aquela que a criança sente como a sua figura de proteção, segurança e confiança, demonstra indiferença e falta de interesse perante a mesma, isso poderá comprometer o desenvolvimento da criança, bem como a formação da identidade pessoal da mesma, possibilitando o desenvolvimento de determinadas estratégias para lidar com os sentimentos negativos e o refúgio do que sentia. No caso da Inês traduziu-se no consumo de substâncias psicoativas.

Em ambos os casos, a desvinculação sentida perante as figuras de referência de ambas, a falta de retaguarda social e familiar, a saúde mental e o início dos consumos de substâncias psicoativas deram início a um ciclo decrescente de sucessivas ruturas, evidenciando no futuro a situação de vulnerabilidade social na qual estiveram expostas. Destaca-se que todas as utentes passaram por situações que as marcaram na infância e adolescência, incluindo situações traumáticas, sendo que, em determinadas trajetórias, essas ruturas tiveram repercussões de maior dimensão do que em outras.

O apoio da rede informal dos utentes é fundamental para a estruturação e desenvolvimento dos percursos de vida dos mesmos, uma vez que poderá conter elementos que amparem os indivíduos nas situações de carência que vivenciam. Estes laços sociais permitem, tal como mencionado anteriormente, a construção de um ambiente seguro para os indivíduos, fundamental para o desenvolvimento emocional dos mesmos.

Estes laços assumem-se como fundamentais na estimulação de sentimentos tais como, a segurança e a confiança. Na ausência deste suporte, os indivíduos poderão ter uma maior dificuldade em desenvolver a sua autoestima e os relacionamentos que estabelecem com os outros, adotando estratégias para lidar com a solidão e ausência de suporte.

### **3.3.2 O Percurso Escolar**

Nas informações recolhidas quanto às trajetórias de vida das mulheres em situação de sem-abrigo, foi possível constatar que, em certos casos, a pobreza já se encontrava presente no respetivo percurso escolar desde as vivências experienciadas no contexto familiar no qual nasceram.

No percurso de vida da Susana, encontra-se retratado o abandono e absentismo escolar de forma muito precoce. Após algumas reprovações, aos 16 anos, abandona a escola para ingressar no mercado de trabalho, concluindo apenas o 6º ano de escolaridade. No seio familiar da Susana não existia a valorização da escola. A Susana é a mais velha de 4 irmãos, pelo que se viu obrigada, desde nova, a sair da escola para ajudar os pais a sustentar os mesmos. A necessidade emergente de uma situação de pobreza familiar, face à falta de valorização no investimento escolar, levaram a Susana a desistir do seu percurso escolar desde muito cedo, condicionando a oferta de trabalhos no futuro.

Se tivermos em consideração o estatuto sociocultural e económico da família, “(...) medido pelos níveis de educação e qualificação profissional dos pais (...)” (Nogueira, 2016, p. 35), compreendemos que este último se constitui como um dos fatores determinantes do futuro escolar e profissional dos filhos, acabando por ter influência nas expectativas e ambições dos mesmos.

Apesar de muitos estudos indicarem que pertencer a um contexto familiar desfavorecido, onde a escola, as progressões profissionais e sociais não se apresentam como a principal prioridade e estes poderem ser promotores da construção de um ciclo intergeracional de pobreza, podem ocorrer fatores que proporcionam percursos de desqualificação social e exclusão mesmo em contextos sociais e familiares considerados favorecidos, marcados pelo investimento na formação e na profissionalização qualificada dos filhos.

Nesta situação, poderemos integrar Rita que foi incentivada pela progenitora a concluir o Ensino Secundário e a ingressar na Universidade como forma de valorização da sua qualificação, para garantir melhores oportunidades na carreira profissional. Com a sua integração na faculdade, a Rita experienciou, segundo esta, o “lado mais negro da vida académica”. Saídas à noite, álcool, substâncias ilícitas e excessos. Teve acesso à educação e viveu num ambiente relativamente seguro até ao dia em que perdeu o seu pai. Com a perda do progenitor, a Rita acabou por intensificar os consumos que até então eram esporádicos. Foi-se afastando, cada vez mais, do ambiente familiar, aproximando-se do seu namorado e companheiro dos consumos. Aos 20 anos, e em pleno 2º ano da licenciatura, a Rita abandonou os estudos e decidiu ingressar no mercado de trabalho como forma de conseguir assegurar os consumos diários.

### **3.3.3 O início da fase Adulta e a procura pelo sentimento de bem-estar**

O fim da adolescência e o início da fase adulta, à semelhança da infância, marcam períodos transitórios de extrema importância que moldam, definem e consolidam a construção de uma nova identidade associada ao Eu, tendo em consideração as experiências, desejos, ambições e comportamentos dos indivíduos.

Estes períodos refletem também o afastamento dos progenitores e a substituição das figuras de referência que compõem a rede relacional das pessoas, tais como o grupo de pares. O período do início da fase adulta acarreta inúmeros desafios e escolhas para os adultos emergentes. O prosseguimento dos estudos escolares, a integração no mercado de trabalho, a emancipação habitacional, o aparecimento do papel de pais e o surgimento dos consumos são fatores que poderão marcar a transição para a vida adulta e, deste modo, influenciar de forma positiva ou negativa o percurso de cada um.

A Rita conheceu o pai dos seus primeiros dois filhos quando ainda era jovem, sendo com este companheiro que conheceu o mundo das drogas. Angustuada, pois desde muito nova se culpabilizou pelo facto de o seu nascimento marcar a perda da adolescência da sua progenitora, que a teve aos 15 anos, Rita viu na cocaína e na heroína o refúgio ideal para tentar lidar com o que sentia, na esperança de conseguir, por breves momentos, “não sentir nada”, conforme expressado pela utente. A vida académica, conforme explícito no tópico anterior, levou-a a vivenciar o mundo dos excessos e dos consumos diários. Aos 26 anos, engravidou do primeiro filho e, com o acompanhamento necessário, conseguiu deixar de consumir durante a gravidez. Desde a sua primeira gravidez que foi acompanhada por Assistentes Sociais, dado o longo historial de reabilitação e recaídas verificado no percurso de vida da Rita. A vivência de uma relação abusiva fez com que a Rita recaísse, novamente, no consumo de substâncias psicoativas, sendo nesse momento que também se verifica a perda da guarda dos seus três filhos, tendo estes sido entregues aos cuidados da mãe da utente.

A Inês, tal como mencionado anteriormente, experienciou acontecimentos traumáticos na infância, como o abuso sexual do qual foi alvo, a contração da Hepatite B quando ainda era jovem, e a falta de apoio demonstrada pela progenitora. A ambição da Inês em esquecer os problemas familiares que tinha, levaram-na a procurar a euforia, a energia e o sentimento de falso bem-estar que a cocaína transmite. Com o passar do tempo, a situação saiu do seu controlo e o que parecia ser um refúgio passou a ser uma dependência. A Inês deixou de conseguir viver sem os consumos diários de cocaína e haxixe. Ao longo destes últimos 24 anos, passou por vários tratamentos em regime

ambulatório e de internamento, nomeadamente medicação de substituição aos consumos, porém, acabava por não tomar a mesma.

Ao nível dos consumos de substâncias psicoativas, os principais motivos apontados pelas mulheres como justificativa para o seu início são, a influência do grupo de pares, a curiosidade, e a tentativa de lidar com os sentimentos negativos e depressivos sentidos pelas mesmas. Tendo em consideração a informação recolhida através dos processos sociais das utentes, foi possível constatar que todas detinham pelo menos um membro no seio da família que usava regularmente substâncias psicoativas.

### **3.3.4 A importância da saúde mental**

De entre os contextos de vida que são afetados por determinadas circunstâncias, ocasionando ruturas características do processo de exclusão social, destaca-se a saúde, cujos problemas do foro mental se assinalam como os mais perceptíveis no percurso de vida das mulheres em análise.

Por outras palavras, pode-se constatar que determinadas condições e situações que ocorrem na vida dos indivíduos podem colocar os mesmos numa situação de vulnerabilidade, por exemplo, em termos da saúde mental.

Os principais problemas do foro mental, identificados na análise do percurso de vida das mulheres, correspondem a perturbações depressivas e psicoses. Estes diagnósticos surgiram entre a adolescência e a idade adulta das mulheres em análise e acabaram por afetar o envolvimento em determinados contextos de vida das mesmas, como é o caso das relações interpessoais e familiares, contextos profissionais, económicos e habitacionais.

A Ana nasceu na Venezuela e, desde muito nova, os seus pais notaram um atraso cognitivo no desenvolvimento, decorrente das convulsões que ocorreram durante o parto da mesma. Na sequência da negação de tal situação, por parte da progenitora da Ana, a jovem acabou por não ter acompanhamento clínico e apenas anos mais tarde lhe foi diagnosticada a doença psiquiátrica. Devido a problemas financeiros no seio da sua família materna, a jovem acaba por crescer numa quinta, longe do contacto com outras pessoas, incluindo dos familiares da parte paterna, em virtude do divórcio dos progenitores. Desde criança que foi apresentando alguns comportamentos que não acompanhavam o seu desenvolvimento físico, como o facto de falar e interagir com a natureza (falava com os animais e as árvores).

Anos mais tarde, a Ana acaba por vivenciar um momento traumático no início da fase adulta, mais precisamente, a perda da sua progenitora por doença oncológica, tendo ficado a viver com o padrasto. A situação económica da família não melhora e ela acaba por ir morar com o pai na Áustria, no entanto, a Ana não tem memórias com o progenitor, pelo que não o reconhece como uma figura de referência na sua vida. Acaba por não se adaptar, pelo que o seu progenitor decide trazê-la para Portugal para perto da sua família paterna.

A falta de acompanhamento ao nível da Psiquiatria, foi agravada pela mudança de país para viver com o seu pai e familiares com quem não tinha contacto até então, e a dificuldade de adaptação a uma realidade diferente, fizeram despoletar nesta um surto psicótico com delírios persecutórios, levando a um internamento e ao diagnóstico da sua doença, a psicose.

No caso da trajetória de vida da Andreia, tal como mencionado anteriormente, encontra-se marcada pela rejeição sentida desde a infância e pela sua independência económica e social desde muito nova. Sempre teve uma vida autónoma, possuía habitação e um emprego estável, contudo, devido à depressão crónica de que foi alvo, acabou por ficar em situação de vulnerabilidade social e económica, decorrente de um internamento ao nível da psiquiatria. Devido à sua ausência ao trabalho, a entidade patronal acabou por despedi-la por justa causa. Não tinha emprego, encontrava-se penalizada na Segurança Social pelo despedimento de justa causa, não tinha documento válido de identificação, nem alternativa habitacional. Toda esta questão social levou-a a uma situação de pobreza e exclusão social, uma vez que não possuía retaguarda familiar nem rendimentos para se autonomizar social, profissional e habitacionalmente.

Também o percurso de vida da Soraia nos evidencia a importância do suporte da família no decorrer do desenvolvimento dos indivíduos. A Soraia teve uma infância feliz e tranquila até que aos 11 anos acaba por perder a sua mãe, vítima de um aborto ilegal. A família materna sempre culpou o pai da Soraia pelo sucedido, uma vez que este não pretendia ter mais filhos. Para além da perda da mãe, figura de extrema importância para a Soraia, esta ainda viu o seu pai se distanciar das filhas. Não lhes dava atenção, não lhes dava carinho e não demonstrava afeto. A Soraia foi desenvolvendo uma depressão que apenas anos mais tarde foi diagnosticada. Em plena pandemia, viu-se fechada em casa com um companheiro que segundo ela “parecia um estranho. Eu não conhecia a pessoa com quem vivia. Acabamos por viver afastados um do outro só que morávamos na mesma

casa”. Acabou por se refugir nos consumos como forma de atenuar a dor e a angústia que sentia.

Tendo em consideração a importância do desenvolvimento saudável na infância denota-se a relevância do acesso a um acompanhamento clínico adequado, assim como da vivência e criação de relações de confiança e contacto com as figuras de referência. O que se assemelha nas trajetórias de vida de utentes como a Ana, a Andreia e a Soraia é a falta de apoio social e de suporte ao qual sempre estiveram expostas.

O impacto que a situação de pobreza e exclusão social teve na vida da Andreia foi decorrente da falta de apoio social, económico, habitacional e das limitações vivenciadas no decorrer da pandemia pela Covid-19.

O suporte social da família faz toda a diferença num processo de reestruturação social, desta forma, se no acompanhamento social existir a possibilidade de serem recuperados alguns laços sociais, é fundamental o investimento na sua reconstrução.

Para além da questão dos laços sociais, a falta de segurança económica, provocada pela penalização imposta pelo sistema de segurança social, por ter sido despedida por justa causa, bem como o desemprego, esta mulher ficou exposta a uma situação de risco social. A resposta social é uma resposta de primeira linha focada na reabilitação física e psicológica de pessoas em situação de sem-abrigo, que possuam a problemática da Toxicodependência e do Alcoolismo associadas.

A procura por uma resposta social adequada às necessidades e especificidades de cada utente, ainda que devido à falta de respostas institucionais para a problemática da pobreza e da exclusão social, apresenta-se como fundamental, uma vez que a mesma poderá condicionar a construção de um plano de intervenção que vá ao encontro das expectativas do próprio utente. Ainda assim, a utente conseguiu construir na instituição uma rede de laços semelhante a um contexto familiar que nunca teve a oportunidade de experienciar.

### **3.3.5 A perda do emprego e o sentimento de fracasso**

Outra rutura evidenciada no decorrer dos percursos de vida de mulheres em situação de sem-abrigo, corresponde à dimensão profissional.

Em conversa com a Rita, esta confidenciou que “consumia para conseguir aguentar um dia inteiro de trabalho. Acabei por o perder quando já não aguentava a rressaca. Deixei de conseguir conciliar os consumos com o trabalho e o meu dia-a-dia. Tornei-me refém das drogas nesse momento”. Foi no momento de descontrolo em que a

Rita perdeu a guarda dos seus três filhos, tendo estes sido entregues aos cuidados da sua progenitora. Perdeu o emprego e a habitação, ficando em situação de sem-abrigo, passou por várias recaídas e como estratégias de sobrevivência acabou mesmo por iniciar um comportamento desviante.

À semelhança da Rita, também a Fabiana tem um longo histórico de perdas de empregos devido ao Alcoolismo. Tem o curso de cozinheira de 1<sup>a</sup>, o que a faz estar em constante contacto com o álcool. Após o início dos consumos, existe um período em que consegue conciliar os mesmos com o trabalho, no entanto, verificam-se momentos de descontrolo que culminaram na descoberta, por parte da entidade patronal, do exercício de tal prática durante a atividade laboral, levando Rita a despedir-se.

A perda do emprego e a situação de carência económica constituem-se como ruturas intrínsecas em todas as trajetórias de vida das mulheres em estudo, potenciando o aparecimento de sentimentos de revolta, frustração, ansiedade, tristeza e angústia. Como forma de anestesiar o que sentem, as utentes acabam por aumentar os consumos, com a finalidade de conseguirem “não sentir e não pensar”.

Na tentativa de cativar os utentes para a reinserção profissional, os Assistentes Sociais devem reunir o máximo de informações possíveis, tendo em consideração a experiência profissional dos indivíduos, as suas vocações, gostos e interesses a fim de aferir as possíveis áreas profissionais que se aproximam aos aspetos e considerações identificadas previamente,

Na área dos comportamentos aditivos e das dependências, é desaconselhada a integração de utentes com problemática de Alcoolismo em áreas como a Restauração e Bar, uma vez que são profissões nas quais lidam, de forma constante, com a pressão e com a tentação de recaída nos consumos.

### **3.3.6 A perda habitacional e a situação de rua**

Aquando da integração das utentes na atual resposta social, as mesmas encontravam-se à margem da sociedade, desprovidas de recursos económicos capazes de assegurar a satisfação de necessidades consideradas básicas, nomeadamente: necessidades fisiológicas como a alimentação e a habitação (Ferreira et al., 2010).

A ausência de tais recursos, no momento da trajetória indicado, reflete a vivência de uma situação de pobreza relativa por parte das mulheres em situação de sem-abrigo, na qual os meios para garantir a subsistência não se apresentam como suficientes para satisfazer as necessidades consideradas como básicas pela sociedade.

Este é outro aspeto que é comum em todas as utentes, diferindo apenas o tipo de situação de sem-abrigo, isto é, a Fabiana, a Rita e a Inês encontravam-se em situação de sem-abrigo sem-teto, já as restantes, encontravam-se na situação sem-abrigo sem-casa (com ordens de despejo de habitação social, sem alta social nos Hospitais ou alojadas outras respostas de cariz temporário).

Por exemplo, a entrada da Ana na instituição deve-se ao facto de que a única família que a jovem possuía no país não querer responsabilizar-se pelo acolhimento desta. Dada a sua dificuldade de adaptação ao país no qual o pai residia, a Ana não quis ir para junto deste. Sem apoio familiar, habitacional e económico, acabou por ficar em situação de sem-abrigo.

A Rita manteve relacionamentos com homens que também possuíam consumos, incluindo os pais dos filhos. Viu-se perante situações de violência doméstica, tendo sido vítima de violência física e psicológica. Como forma de quebrar o ciclo de violência pelo qual estava a passar, viu-se, por diversas vezes, obrigada a sair da própria habitação, tendo ficado numa situação de sem-abrigo.

O indicador da habitação é o aspeto final que coloca as mulheres numa situação de desproteção, pobreza extrema e exclusão social. Perante a crise habitacional que vivenciamos nos dias de hoje, devido ao aumento exponencial dos custos associados ao aluguer ou compra de uma casa e à falta de habitação social, a falta de este recurso básico é um entrave à estabilidade e ao bem-estar dos indivíduos e da comunidade. Os profissionais sentem-se limitados perante a intervenção com os utentes. Destaca-se que, devido a problemas estruturais, existe uma falta de investimento ao nível da habitação, sendo insuficientes os recursos existentes face ao número de pessoas nesta situação.

Os Assistentes Sociais como profissionais que trabalham com as pessoas para as capacitem para se empoderarem e autonomizarem, enfrentam um obstáculo objetivo num contexto de falta de investimento nas políticas públicas, nomeadamente de habitação e especulação imobiliária, sendo por isso muito complexo intervir nesta dimensão que coloca desafios difíceis aos profissionais. Outra questão que os processos de acompanhamento social precisam dar especial atenção, no caso dos alojamentos para as PSSA, reflete-se na consideração de que determinadas habitações se encontram inseridas em contextos sociais utilizados para o tráfico de substâncias psicoativas. O facto de se colocar um indivíduo vulnerável aos consumos num local que estimule a sua recaída, e não a manutenção da abstinência, é uma questão a ter em consideração no decorrer do planeamento da reintegração social e habitacional do mesmo.

### 3.3.7 As estratégias de sobrevivência adotadas

Após um longo percurso marcado por sucessivas ruturas nas dimensões que compõem as trajetórias de vida de mulheres em situação de sem-abrigo, existe uma clara despersonalização do indivíduo e de todas as suas crenças, formas de agir, pensar e sentir. Numa situação de sem-abrigo, as pessoas acabam por ter a necessidade de adotar determinadas estratégias de sobrevivência de forma a suprimir as dificuldades sentidas na condição de pobreza extrema e situação de sem-abrigo que experienciam.

Através da análise das trajetórias de vida das mulheres que compõem a amostra, foi possível identificar algumas das estratégias adotadas pelas mesmas na situação de sem-abrigo, nomeadamente, a Rita, que concretizou pequenos furtos e roubos a habitações ou, até mesmo, a integração em redes de trabalho sexual. Decorrentes dos furtos que concretizou, para conseguir adquirir rendimento para os seus consumos, a Rita cumpriu pena em estabelecimento prisional.

Já a Inês, esteve presa durante cerca de 1 ano, num país localizado no Norte de África, e cerca de 10 meses no seu país de origem, Espanha, por tráfico de substâncias psicoativas. Para além do rendimento do trabalho, foi através das atividades de tráfico que tentou arranjar estratégias para conseguir manter os consumos, porém, teve de cumprir duas medidas prisionais.

As mulheres em situação de sem-abrigo encontram-se expostas a situações de elevado risco de contração de doenças, como é o caso do HIV-SIDA, Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST's), Hepatites B e C ou Tuberculose. A contração destas doenças, sem que exista o necessário acompanhamento e tratamento, poderá levar a situações de elevado risco, nomeadamente, à morte.

As adoções de tais estratégias de sobrevivência não são comuns às restantes mulheres em situação de sem-abrigo que compõem a amostra. A explicação que a investigadora encontrou para esta questão, deve-se ao facto de a Rita e a Isabel possuírem um historial complexo e longo de consumos de substâncias, recaídas, bem como de tentativas de reabilitação e tratamento. As recaídas levaram ambas as participantes, a situações longas de rua, o que as obrigou a desenvolverem estratégias para lidar com a necessidade de consumir e não possuírem recursos para satisfazer a mesma.

Estas estratégias de sobrevivência permitem-nos compreender que as mulheres se sentem obrigadas a adotá-las como forma de lidar com os múltiplos fatores que decorrem dessa situação, bem como as adversidades que as vivências na rua suscitam. Para além desta questão, podemos compreender que as estratégias de *coping* adotadas por homens

na mesma situação passam não só pela prática de crimes (furtos e roubos), e comportamentos violentos, mas também pelo pedido de dinheiro em troca da prestação de alguns serviços (lavagem de carros ou auxiliar no estacionamento dos mesmos). A ida às urgências dos Hospitais ou para o Aeroporto, como forma de se sentirem seguros, também são das estratégias mais utilizadas por pessoas do sexo masculino.

No decorrer da apresentação das trajetórias de vida das utentes acompanhadas pela investigadora, pode-se compreender que um dos fatores-chave que pode levar uma mulher a uma situação de pobreza e exclusão social, é a ausência de retaguarda familiar capaz de atenuar a entrada do indivíduo num sucessivo ciclo decrescente de ruturas.

Na presente investigação, não se pretende com estes casos analisados, generalizar a todas as mulheres em situação de sem-abrigo, até porque “(...) um caso não pode nunca representar o mundo (...)”, tendo em consideração os estudos de Pais (2003), conforme citado por (Travassos, 2015, p. 12), mas sim acrescentar informação e conhecimento ao fenómeno das PSSA, mais concretamente no sexo feminino, tendo em conta as causas que estão na origem do fenómeno, bem como as estratégias adotadas para o superar.

**Tabela 2-** Ruturas comuns na população em estudo (aquando da entrada na instituição)

|                | Situação de Sem-Abrigo | Monoparentalidade | Violência Doméstica | Situação de Desemprego | Saúde Mental | Consumo de Substâncias Lícitas ou ilícitas | Trabalho Sexual | Inexistência de laços Sociais |
|----------------|------------------------|-------------------|---------------------|------------------------|--------------|--|-----------------|-------------------------------|
| <b>Ana</b>     | X                      |                   |                     | X                      | X            |  |                 | X                             |
| <b>Andreia</b> | X                      |                   | X                   | X                      | X            |  |                 | X                             |
| <b>Fabiana</b> | X                      | X                 |                     | X                      |              | X  |                 | X                             |
| <b>Inês</b>    | X                      | X                 | X                   |                        |              | X  | X               |                               |
| <b>Rita</b>    | X                      | X                 | X                   | X                      |              | X  | X               | X                             |
| <b>Susana</b>  | X                      | X                 | X                   | X                      |              | X  |                 | X                             |
| <b>Soraia</b>  | X                      |                   |                     |                        |              | X  |                 | X                             |
| <b>Total</b>   | <b>7</b>               | <b>4</b>          | <b>4</b>            | <b>5</b>               | <b>2</b>     | <b>5</b>                                   | <b>2</b>        | <b>5</b>                      |

**Fonte:** Processos individuais da Amostra selecionada para a investigação.

Tendo em consideração a análise processual e de conteúdo anteriormente elaborada, pode-se comprovar a existência de pontos de rutura que se assemelham no decorrer das trajetórias de vida de mulheres em situação de sem-abrigo. As problemáticas com maior ênfase são a situação de desemprego de curta, média ou longa duração, a monoparentalidade, o consumo de substâncias lícitas ou ilícitas, a inexistência de laços sociais e a violência doméstica.

Situações de trauma na infância, tentativas de chamada de atenção na adolescência e situações de negligência familiar são alguns dos pontos de partida das trajetórias de vida de mulheres em situação de sem-abrigo. No caso da Andreia, a origem da situação de sem-abrigo foi a depressão crónica e as limitações que esta acarreta para a sua vida. Desenvolveu este problema de saúde mental, através da exposição a violência física e mental vivenciada no contexto familiar. Esta situação experienciada pela Andreia, até aos 17 anos, momento em que decidiu sair de casa da sua família adotiva, faz a investigadora questionar-se acerca do trabalho efetuado pelas entidades que acompanharam todo o processo de adoção da utente, bem como da existência de supervisão após a sua concretização. Após a adoção de uma criança, é necessário existir a manutenção do acompanhamento de forma a compreender se a adaptação da mesma ao seio familiar e vice-versa correspondeu às expectativas, verificando-se, de igual forma, se existe a resposta às necessidades de desenvolvimento da pessoa em causa, de forma adequada. Segundo a Andreia e, no seu entender, a situação de sem-abrigo poderia ter sido atenuada se tivesse tido o acompanhamento necessário, quando ainda era criança e após o seu processo de adoção. Consta que existe uma necessidade de supervisionar as relações que se estabelecem numa primeira fase, evitando colocar as crianças expostas a situações de trauma e maus-tratos.

Por sua vez, a Rita viveu desde criança com os avós maternos, uma vez que a sua mãe a teve com apenas 15 anos. Sempre teve uma infância feliz. Quando foi viver com a mãe e o seu companheiro, começando a presenciar situações de violência doméstica do seu padrasto para com a sua progenitora. Anos mais tarde, teve alguns relacionamentos abusivos, tendo mesmo vivenciado contextos de violência física e psicológica com dois dos seus companheiros. Ficava em situação de sem-abrigo e de vulnerabilidade social quando decidia quebrar o ciclo de violência e sair de casa. A toxicoddependência sempre foi o seu principal refúgio.

Todas estas situações traumáticas na infância, adolescência e início da fase adulta permitiram o desenvolvimento de algumas situações que prejudicam o desenvolvimento saudável das pessoas em análise. O contexto social no qual a criança se encontra inserida é fundamental para o seu desenvolvimento. O facto de reproduzirem os ciclos de violência doméstica, iniciarem os períodos de consumos de substâncias psicoativas, e desenvolverem problemas de saúde mental poderão ser indícios de situações traumáticas na infância ou adolescência. Segundo Flores (2008), “os acontecimentos traumáticos ficam retidos na memória, na maioria das vezes inconsciente, na fase do seu

desenvolvimento” (p. 20), e poderão ter repercussões no decorrer das trajetórias de vida em idade adulta.

### **3.4 O menor número de Mulheres em Situação de Sem-Abrigo: Uma possível explicação**

Tal como mencionado anteriormente, ainda que exista uma maior visibilidade de elementos do sexo masculino em situação de sem-abrigo, em determinados estudos desenvolvidos para promover o conhecimento aprofundado do fenómeno em destaque, deve considerar-se também a representatividade de mulheres em situação de sem-abrigo nos mesmos.

A maior proporção de indivíduos do sexo masculino face ao sexo feminino poderá ser explicada através do facto de que as mulheres, em determinados casos, possuam um leque mais vasto de soluções para atenuar a sua situação, por exemplo, pernoitarem ou residirem de forma temporária com familiares ou amigos (no caso da existência destas relações), centros de acolhimento temporário ou centros de apoio a vítimas de violência doméstica. Esta questão poderá atenuar situações de pobreza e exclusão social que resultam na situação de sem-abrigo (Nobre, 2020).

Para além da existência de relações sociais que atenuam a situação de sem-abrigo, as representações de género, inculcadas nas definições do que é ser homem e ser mulher na sociedade, afetam a representatividade de ambos os sexos no fenómeno da pobreza e exclusão social, uma vez que as mulheres poderão ter uma maior dificuldade de adaptação à situação, decorrente da fragilidade associada à imagem cultural e social acerca do respetivo género. Desta forma, as mulheres em situação de sem-abrigo procuram alternativas de pernoita, nomeadamente as salas de espera das urgências dos hospitais, locais com maior movimento, habitações devolutas, albergues ou centros de acolhimento temporário.

Tendo em consideração a experiência profissional da investigadora no contexto profissional onde se encontra inserida, é possível comprovar a existência de outra justificação que poderá influenciar um menor número de mulheres em situação de sem-abrigo face ao elevado número de homens, sendo esta a maior permanência de tempo nas respostas sociais. Em determinados casos, as mulheres acabam por ponderar, com maior clareza, a saída dos contextos institucionais porque a situação de sem-abrigo, a falta de retaguarda económica, social, profissional e habitacional e a desproteção e insegurança vivenciadas por estas, acabam por ter um maior peso na tomada de decisão de sair dos serviços de acolhimento.

Devido à fragilidade incutida pela sociedade ao sexo feminino, em situações de rua, é possível constatar também que as mulheres acabam por se associar a um elemento do sexo masculino, como forma de se sentirem mais protegidas e seguras, uma vez que, na ausência deste último, poderiam estar mais expostas a situações de abuso, violência física ou sexual. Ou seja, a sociedade evidencia determinadas características e impõe padrões de comportamento associados a cada género, que determina a identidade de cada indivíduo. Estes padrões associam o homem como um indivíduo robusto, com maior força física, capaz de se defender e controlar as suas emoções. Em contrapartida, as mulheres estão associadas à sensibilidade, fragilidade e à submissão perante um elemento do sexo masculino.

### **3.5 Análise dos Dados (Autoetnografia)**

Através da análise das notas de campo redigidas no âmbito da autoetnografia, foi possível desenvolver a reflexão de determinadas questões e desafios na atuação do Assistente Social no contexto profissional de intervenção com pessoas em situação de sem-abrigo.

De entre as questões identificadas, assinalam-se determinados desafios e possíveis práticas e metodologias a contemplar nas dinâmicas do quotidiano institucional, nomeadamente a dificuldade sentida pelos profissionais que trabalham na área dos comportamentos aditivos e das dependências, a importância da participação, por parte dos técnicos, em formações relativas às respetivas áreas de intervenção, e os contributos da realização de dinâmicas de grupo.

A primeira dificuldade identificada pela investigadora, no decorrer das suas funções, prende-se com os sentimentos vivenciados pelos profissionais após a desistência dos utentes dos programas de reabilitação, relacionados com o consumo de substâncias lícitas e ilícitas. Evidencia-se a importância de se intervir, de forma integral, na vida do indivíduo, a fim de alcançar a plena abstinência, a mudança comportamental e a reintegração social do mesmo.

Os comportamentos aditivos e dependências estão intimamente relacionados com a degradação social do indivíduo, o seu afastamento da sociedade e a rutura de determinadas dimensões que o compõem. Sendo o fenómeno dos comportamentos aditivos e dependências muito complexo, a rutura com os mesmos assume-se como um processo demorado e sujeito a recaídas. É necessário que o profissional desenvolva, junto com o utente, um trabalho de atuação nas causas que o levaram a adotar os seus

comportamentos de consumo. Desta forma, os profissionais promovem a reconstrução gradual da identidade dos indivíduos, tendo em consideração o desenvolvimento da sua autoestima, autoconfiança, restabelecimento de relações sociais e profissionais. Para além disso, é importante a promoção da reintegração do utente no mercado de trabalho e nos restantes sistemas sociais (comunidade, saúde, formação, educação e o sistema habitacional).

A identificação de tais causas e a definição de objetivos cruciais no decurso do acompanhamento dos indivíduos, de forma a estimular a postura ativa dos mesmos na reconstrução de um projeto de vida, constituem-se como ações possíveis de clarificar através da realização de diagnósticos sociais, por parte dos Assistentes Sociais, conforme exposto no Código Deontológico dos Assistentes Sociais em Portugal (2018), uma vez que contemplam a "(...) avaliação das necessidades e problemas sociais e psicossociais das pessoas e comunidades e análise das suas capacidades e recursos" (Associação de Profissionais de Serviço Social, 2018, p. 7). Por outras palavras, o incremento da autoestima e autoconfiança, bem como a reintegração nos diversos contextos da comunidade, por parte das pessoas cuja trajetória social é ou foi marcada pelo consumo de substâncias psicoativas, representam processos que iniciam com a identificação das necessidades e potencialidades das mesmas, por meio de um diagnóstico social que pondera tais aspetos em conexão com os recursos disponíveis na sociedade, a história de vida dos utentes, o entendimento das causas que podem explicar a adoção de determinados comportamentos, os gostos e interesses de cada um, assim como as possibilidades de exercer estes últimos num projeto de vida delineado em conjunto com os indivíduos.

A recuperação de determinados laços sociais, fundamentais ao bem-estar do indivíduo, poderão sustentar a manutenção da abstinência por um longo período de tempo (Tavares et al., 2023), no entanto, evidencia-se que a recuperação total da confiança dos familiares perante o indivíduo é um processo lento e gradual, evoluindo à medida que o processo de tratamento se vai desenvolvendo.

O contexto institucional no qual a investigadora se encontra inserida, representa um meio seguro e propício para a manutenção da abstinência, uma vez que os utentes se encontram acolhidos em regime de internamento, protegidos dos estímulos externos que incentivam os consumos, incluindo as localidades de origem. Aquando da reintegração social dos mesmos, a Assistente Social evidencia a importância do afastamento dos contextos sociais nos quais se encontravam inseridos aquando dos consumos, visto que,

apesar de terem ocorrido mudanças positivas no indivíduo, a reintegração no meio anteriormente referido, poderá ser promotora de uma nova recaída.

Perante a constatação da ocorrência de recaídas nos consumos, por parte dos utentes, os profissionais sentem-se frustrados, desanimados e angustiados. Estes sentimentos são comuns quando os utentes acabam por desistir do programa de reabilitação antes da sua conclusão.

Quando os utentes saem da instituição acompanhados, estruturados e orientados, a probabilidade de surgir uma recaída poderá reduzir-se significativamente, uma vez que também se estão a precaver das mesmas. Um exemplo representativo desta questão traduz-se nos casos de sucesso da instituição, no ano de 2023. No mesmo ano, surgiram 18 novas integrações, das quais 13 mulheres acabaram por desistir do programa antes do seu término, apresentado como principais motivos a necessidade crescente dos consumos, a incompatibilidade com as regras da instituição e a falta do tabaco.

Para além das desistências, ocorreram, nesse mesmo ano, 4 reintegrações sociais e familiares por conclusão do programa de reabilitação. De salientar que ocorreram mais reintegrações sociais no ano de 2023, no entanto, não foram contabilizadas por uma questão de não enviesamento dos dados. Uma das utentes que integrou no ano de 2023 ainda se encontra a frequentar o programa de acolhimento e reabilitação, por ainda não estarem reunidas as condições necessárias para a sua reintegração, quer a nível familiar, habitacional, económico, emocional e profissional.

As utentes que saíram da instituição com uma reintegração social organizada e planeada são, nos dias de hoje, casos de sucesso. Conseguiram reorganizar-se e encontram-se integradas ao nível habitacional, profissional, social e familiar. Já as utentes que acabaram por abandonar a instituição, de forma não organizada, deram origem a reintegrações na instituição após períodos de recaídas ou mantêm-se numa situação de sem-abrigo sem-teto e com comportamentos de consumo ativos.

Neste tipo de situações, é necessário que os profissionais se confrontem com os desafios comuns aos comportamentos aditivos e dependências, desenvolvendo estratégias de superação e adaptação aos avanços e retrocessos do processo de reabilitação de cada utente.

Outro dos desafios diz respeito à falta de articulação e cooperação entre serviços nos processos de encaminhamento. No decorrer da atividade profissional da investigadora, a articulação entre profissionais é um fator-chave e determinante, uma vez que os utentes integram a instituição através do encaminhamento e da articulação entre

técnicos. Em determinados casos de encaminhamento, são evidenciados alguns fatores que revelam dificuldades na transmissão da informação, no respeito pela individualidade, dignidade e valorização dos direitos humanos.

Um exemplo que evidencia esta questão foi o encaminhamento, por parte de um Assistente Social de uma Unidade de Saúde Local, de um utente de 50 anos que se encontrava em situação de sem-abrigo há aproximadamente 1 ano. Apresentava comportamentos de consumo (Alcoolismo) e historial de Toxicodependência há cerca de 30 anos (fez tratamento e reabilitou-se, no entanto, a situação de vulnerabilidade social levou-o a recair nos consumos). Deu entrada nas urgências após uma queda na via pública em que se encontrava visivelmente alcoolizado.

Durante o encaminhamento, a investigadora desenvolveu os procedimentos habituais, nomeadamente, solicitar algumas informações base acerca do utente e efetuar pedido à Assistente Social de realização de uma entrevista para conhecer o mesmo, informá-lo sobre as regras e funcionamento da instituição e perceber, junto deste, se lhe fazia sentido a integração nesta resposta. Este último pedido não foi aceite porque a entidade não dispunha dos equipamentos necessários para a concretização da mesma online. Esta interação foi assegurada através de uma chamada telefónica, que dificultou a comunicação, a interação e a construção de uma relação de proximidade entre técnico e utente.

Após ser ultrapassada esta dificuldade, o utente é encaminhado para a instituição. O utente encontrava-se visivelmente debilitado. Estava vestido com uma bata do hospital, sem qualquer peça de roupa a cobrir-lhe as costas, com as suas calças ensanguentadas e de meias. Estava confuso. Ainda que lhe tivessem sido explicadas as regras e o funcionamento da instituição, o mesmo vinha com uma nota de alta com diagnóstico de traumatismo craniano. A primeira coisa que disse foi “eu tinha umas botas, eu não sei onde elas estão”. Para uma pessoa em situação de vulnerabilidade social, os seus pertences pessoais têm extrema importância. A equipa técnica deu a este senhor alguma roupa e calçado para se agasalhar, porque estava a tremer de frio. Para além da falta de roupa, o utente encontrava-se em período de abstinência, uma vez que se encontrava integrado no Hospital há cerca de 2 dias.

Em articulação posterior com a Assistente Social que acompanhou a integração do utente, foi mencionada a falta de alguns pertences pessoais do utente, nomeadamente umas botas, ao qual esta última respondeu “este senhor é sem-abrigo, é normal que

estivesse descalço”, o que demonstra preconceito, como se significasse que uma PSSA é com desprovida dos recursos mais elementares como roupa e calçado próprios.

Este episódio pode decorrer do facto de existir uma sobrecarga nos serviços sociais dos hospitais, face ao elevado número de utentes que acompanham, o que origina a falta de proximidade e dificuldade de elaboração de uma intervenção social mais próxima e centrada nas reais necessidades e especificidades de cada indivíduo.

A construção da intervenção profissional que deve ser pautada mediante alguns princípios base como a empatia, a dignidade e o respeito pela pessoa humana, pode resultar por falta de meios, em falta de atenção a alguns aspetos e falta de tempo para a construção de uma relação empática. Esta questão fez a investigadora refletir através da nota de campo nº15<sup>3</sup>, expressando a tristeza que sentiu ao ver o utente ser tratado sem o mínimo de respeito, empatia e compaixão. Após o período de adaptação do utente, houve uma mudança significativa em termos físicos e psicológicos. Atualmente, encontra-se estável e em preparação para a sua reintegração social, familiar e profissional.

Outro fator prende-se com a importância de os técnicos participarem em ações de formação relacionadas com as constantes alterações da legislação ou respostas dirigidas às problemáticas sociais com as quais trabalham, bem como as que se encontram ligadas a competências relevantes na intervenção com pessoas em situação de sem-abrigo.

O investimento em formação permite que os profissionais desenvolvam, de igual forma, o pensamento crítico através da avaliação entre a teoria (conhecimento explícito) e a prática (conhecimento tácito). Para que os Assistentes Sociais sejam elementos capacitadores e potenciadores da construção do *empowerment* em indivíduos e comunidades, é necessário ter acesso a formação contínua e investimento nas suas qualificações com o principal objetivo de desenvolver intervenções eficazes e relevantes.

No caso do fenómeno das pessoas em situação de sem-abrigo e tendo em consideração a complexidade desta realidade, sabe-se que não se pode somente associar a mesma à inexistência de habitação e recursos económicos, sendo necessário contemplar uma multiplicidade de fatores. Desta forma, as causas que levam os indivíduos a uma situação de sem-abrigo podem ser díspares, bem como as respetivas necessidades e problemáticas, pelo que a intervenção adotada em cada caso deve ser também ela diferente.

---

<sup>3</sup> Consultar Nota de Campo inserida no Anexo 2

Uma das características das pessoas em situação de sem-abrigo reflete-se na presença de diferentes nacionalidades entre as mesmas (pessoas oriundas de países tais como, a Índia, Argélia, Nigéria e Bangladesh), fazendo com que se expressem através de línguas como o árabe, francês e o inglês. Deste modo, a questão da língua tem-se tornado “(...) um entrave para a compreensão e atuação” (conforme descrito pela investigadora na nota de campo nº13<sup>4</sup>), uma vez que pode acrescentar dificuldades no processo comunicacional inerente à interação profissional com população migrante. Como forma de tentar enfrentar este desafio, a investigadora pretende, num futuro próximo adquirir um maior conhecimento de outras línguas através do investimento na frequência de ações de formação da língua estrangeira, possibilitando atender, da melhor forma, à multiplicidade de públicos com os quais um Assistente Social pode intervir.

Segundo os estudos de Lourenço (2015), sabe-se que o investimento em formação aumenta, significativamente, a produtividade nos profissionais.

O investimento na formação dos técnicos possibilita, assim, a construção de ambientes propícios à partilha de conhecimentos e experiências de determinadas problemáticas sociais com outros profissionais. Esta partilha permite que os trabalhadores elaborem uma análise, de forma individual ou em grupo, das metodologias de intervenção com o objetivo de construir novas formas de agir e pensar.

Para os profissionais de Serviço Social, a formação contínua apresenta-se como uma das formas de cumprir os princípios e valores da profissão, consoante conteúdos expostos no Código Deontológico dos Assistentes Sociais em Portugal (2018), na medida em que permite “Desenvolver as suas competências pessoais e profissionais garantindo a qualidade do agir profissional” (Associação de Profissionais de Serviço Social, 2018, p. 12).

Para além da importância de os profissionais investirem e participarem em ações de formação, na sequência da atualização de conhecimentos relevantes às necessidades da intervenção, outro dos procedimentos reconhecido como relevante no âmbito da intervenção com pessoas em situação de sem-abrigo, corresponde à realização de dinâmicas de grupo.

No decurso da intervenção com os utentes da instituição na qual a investigadora trabalha, foi possível evidenciar os pontos fortes das dinâmicas de grupo, transmitidos aos membros da direção do contexto profissional referido nas seguintes expressões:

---

<sup>4</sup> Consultar Nota de Campo inserida no Anexo 2

- Que servem como um “(...) complemento para a intervenção desenvolvida de forma individual (...)” no decorrer das consultas de psicologia com a profissional da instituição;
- Que permitem construir um clima propício à interação, partilha, gestão e resolução de conflitos e ao desenvolvimento das relações interpessoais entre utentes;
- Possibilitam a construção de “(...) um sentimento de pertença, integração e compreensão perante os todos os participantes e as suas vivências (...)”
- Permitem trabalhar com os utentes alguns fatores fundamentais para a reinserção social dos mesmos, tais como a autoestima, o autoconhecimento e a compreensão acerca de si e do outro;
- Permitem perspetivar os consumos como um problema comum à grande maioria dos utentes e não a uma só pessoa, criando nos indivíduos um sentimento de compreensão e empatia;
- Por fim, possibilitam que os utentes sejam capazes de desenvolver estratégias para lidar com os consumos e com os problemas que possam emergir após a sua reinserção social (nota de campo nº5<sup>5</sup>).

Esta estratégia teve um resultado positivo e foram implementadas dinâmicas de grupo. As profissionais iniciaram a pesquisa, através das redes sociais e livros, por dinâmicas de grupo que fossem de acordo com as características do grupo e realçassem os aspetos fundamentais a serem trabalhados naquele contexto. No início, houve uma certa estranheza por parte de alguns utentes (masculinos e femininos), uma vez que era algo inovador na instituição, no entanto, o *feedback* foi surpreendentemente positivo.

Um dos aspetos que mais surpreendeu a investigadora foi a diferença de predisposição para a participação dos grupos masculinos face ao grupo feminino nas dinâmicas, isto é, desde a primeira dinâmica que o grupo de homens demonstrou uma maior descontracção em partilhar os seus receios, as suas inseguranças, os seus pensamentos, as suas experiências e vivências com o restante grupo, não se sentindo intimidados pelos colegas. Houve, desde o início um maior envolvimento entre os participantes masculinos e o grupo, uma maior entrega e dedicação e em todas as dinâmicas e foram sempre atingidos os objetivos iniciais. O grupo masculino respeitava o colega no seu momento de partilha, ouvia-o e tecia comentários com o respeito necessário.

A experiência com o grupo feminino foi diferente, visto que as profissionais sentiram que não existia um ambiente seguro para a partilha de sentimentos, tendo mesmo sido tecida o presente comentário por parte de uma utente “não vou demonstrar as minhas fragilidades perante um grupo que depois poderá utilizar isso contra mim” (nota de campo nº10<sup>5</sup>).

Durante o desenvolvimento das dinâmicas, foi proposto ser explorada a coesão grupal, através de exercícios de confiança como forma de estimular não só o seu aumento como também a eficácia da atividade. Iniciaram estes exercícios através da partilha, com uma colega da casa, de algum pensamento, sentimento ou frustração que estivessem a sentir e potenciaram o aumento de atividades de lazer e de divertimento juntas durante a semana e ao fim de semana.

A evolução do grupo foi positiva, destacando-se o *feedback* por parte da utente que, inicialmente, tinha um maior receio em demonstrar as suas fragilidades perante o grupo de colegas “estas dinâmicas têm-me feito perceber a importância de eu me abrir mais com as minhas colegas, de demonstrar os meus sentimentos. Para além de que compreendi que é fundamental calçar os sapatos do outro para que eu consiga perceber o que elas sentem e o que as magoa” (nota de campo nº10).

De realçar que, apesar da considerável evolução positiva nos grupos, existe um fator que poderá colocar em risco o sucesso da atividade, sendo ele a instabilidade do grupo. Isto é, tendo em consideração que o contexto profissional da investigadora é de carácter temporário, o grupo está em constante mudança, entre entradas e saídas de utentes, o que dificulta a permanência de ambientes seguros e propícios para a partilha e interação dos seus membros.

Durante o processo de reabilitação dos utentes, é necessário não só trabalhar com eles a questão emocional e dos consumos, como também as restantes dimensões que compõem a vida dos indivíduos.

Deste modo, a elaboração de um plano de intervenção no qual conste a identificação dos problemas, as suas possíveis causas e a resolução dos mesmos, contribui para resolver questões pendentes, nomeadamente ao nível familiar, jurídico, económico e da saúde, com o principal objetivo de alcançar uma reinserção social e profissional de sucesso. De acordo com o Código Deontológico dos Assistentes Sociais em Portugal (2018), os profissionais de Serviço Social desempenham, no trabalho com populações em

---

<sup>5</sup> Consultar Nota de Campo inserida no Anexo 2

situação de vulnerabilidade social, atos relacionados com a preparação e execução de “(...) planos de ação adequados à natureza das situações sociais e psicossociais das pessoas e dos contextos” (Associação de Profissionais de Serviço Social, 2018, p. 7), o que reforça a ideia de conhecer e delinear, em conjunto com as pessoas em situação de sem-abrigo, objetivos e potencialidades adequadas à planificação de um projeto de vida, ponderando, de igual forma, a exequibilidade do mesmo consoante as necessidades e possibilidades que se identificam nos diferentes contextos de vida.

A título de exemplo, perante a conclusão da reabilitação integral dos utentes, torna-se necessário abordá-los sobre a sua reinserção social, expectativas, ambições e objetivos a fim de conseguirmos encontrar a melhor solução para a reintegração integral do utente na sociedade.

A par disto, deve considerar-se que o planeamento da reintegração social dos utentes pode ser enviesado, por exemplo, pela desistência do programa de reabilitação, por parte dos mesmos. Os sentimentos vivenciados pelos profissionais após a desistência de um utente à sua reabilitação levaram a investigadora a refletir, relativamente à gestão emocional que os interventores têm que fazer perante a partilha das histórias de vida, vivências e trajetórias dos indivíduos que acompanham.

Todos os dias, os profissionais deparam-se com histórias de vida que os fazem questionar sobre qual seria a melhor forma de agir perante aquela situação, aquelas vivências e aquelas trajetórias. Aprendem a colocar-se no lugar do outro e tentar compreender as suas escolhas, tendo em consideração as suas condições, “(...) é fundamental para que o consigamos compreender na sua totalidade. Calçar os seus sapatos, ver através da sua visão as razões da sua situação de vulnerabilidade, pobreza e exclusão social” (nota de campo nº14<sup>6</sup>).

No decorrer da elaboração da nota de campo nº14, a investigadora destaca que o sentimento que sente, em maior dimensão, é a empatia, não só pela partilha de histórias de vida marcadas por sucessivas ruturas, perdas e pelos momentos mais delicados, mas também “(...) por perceber que aquela história, aqueles episódios e aquelas ruturas já foram contadas a outros técnicos (...)”, que os utentes têm que reviver, por diversas vezes, os momentos menos bons da sua vida.

É necessário desenvolver estratégias para que os profissionais consigam compreender os problemas e a dor dos utentes, mas sem que o seu envolvimento

---

<sup>6</sup> Consultar Nota de Campo inserida no Anexo 2

emocional prejudique o rumo da intervenção. Por exemplo, o período de abstinência apresenta-se como uma das fases mais desafiantes do processo de um consumidor, uma vez que surgem os sintomas de abstinência física como os suores, a ansiedade, irritabilidade, dores musculares, tremores ou vômitos e surgem as questões: “Será que vai valer a pena? Será que é isto que eu quero mesmo? E se eu sair agora? Será que vou recair nos consumos?”. Esta é a fase mais importante porque é a fase da decisão, onde em alguns casos os indivíduos acabam por desistir porque ainda não se encontram realmente preparados para que ocorra a mudança. Após este período de sintomas de abstinência física, é necessário investir na mudança mantendo o corpo e a cabeça abstinentes da dependência.

Após esta primeira fase de abstinência física, é necessário elaborar um plano de intervenção que traça o processo de tratamento dos utentes com base nos problemas detetados junto dos mesmos, bem como as possíveis soluções e alternativas. Esta fase é necessária e uma das mais importantes como forma de manter o foco na abstinência e motivar a sua continuação. Para que os utentes consigam resolver outros problemas nas suas vidas, é estritamente necessário manterem-se abstinentes, uma vez que em alguns casos o início dos consumos foi promotor do aparecimento de outros problemas na vida dos indivíduos.

Um dos desafios da atividade profissional, é pensar em dinâmicas que tenham em consideração a capacitação dos indivíduos, o desenvolvimento de competências, a promoção da autonomia e a diminuição dos conflitos interpessoais.

No decorrer da intervenção profissional foi também fundamental, estimular a participação dos indivíduos em atividade de outros subsistemas institucionais como forma de incentivar o sentido de utilidade social (participação de campanhas de voluntariado para angariação de produtos e bens alimentares), bem como a promoção de atividades externas à instituição de ocupação de tempos livres, tendo em consideração a importância de momento de lazer para as mesmas, a fim de contruir, de forma progressiva, a reintegração social dos utentes. A título de exemplo, são sugeridas e planeadas pela equipa técnica algumas atividades como a organização de piqueniques, torneios de futebol, idas às compras, visitas a espaços culturais com o principal objetivo de promover o enriquecimento do capital cultural dos indivíduos (museus, trajetos de conhecimento histórico de determinados locais) e atividades lúdicas.

Segundo os estudos de Pierre Bourdieu (1999), o capital cultural permite-nos caracterizar as classes sociais evidenciando algumas características que distinguem cada

uma delas, nomeadamente os valores, crenças, conhecimento e as habilitações literárias. Os recursos sociais e culturais que cada indivíduo possui permitem alcançar *status* social e uma maior estabilidade económica. Para o autor, o capital cultural é uma forma de poder social e inclui as várias formas de conhecimento e educação, desta forma, por exemplo, o facto de um indivíduo possuir um diploma universitário pode contribuir para o aumento do capital cultural.

A classe social na qual um indivíduo se encontra inserido e, conseqüentemente, os recursos económicos que possui, poderão estar na origem de desvantagens e desigualdades, no caso das classes sociais mais desfavorecidas. Indivíduos que possuam um maior capital cultural poderão ter maiores possibilidades de desenvolver sucesso ao nível individual, económico e social, assim como outros elementos pertencentes à mesma família e ou classe social.

Desta forma, destaca-se que a educação e a cultura são ferramentas de extrema importância para a sociedade, no entanto, apesar de contribuírem para a mobilidade social dos indivíduos, podem reforçar as desigualdades sociais existentes.

Tendo em conta que os utentes da instituição se encontram em situação de insuficiência económica, o acesso a este tipo de atividades é feito através de donativos de determinadas empresas em articulação com a Assistente Social da instituição, permitindo que os utentes possam usufruir de determinadas atividades lúdicas, informativas e de conhecimento que até então não tiveram oportunidade de desfrutar. A integração na vida social, com recurso à participação em atividades, permite completar a autonomia e o plano de vida das pessoas.

Como resultado destas atividades, surge o aumento da interação entre pares, o aumento do sentimento de pertença e a conseqüente melhor integração de novos utentes. Para além de melhorar o nível de interação entre os utentes, ao nível individual, estimula também o aumento da autoestima, autoconfiança e bem-estar, incentiva o pensamento crítico, a descoberta de novos interesses pessoais e reduz os sentimentos de stress e ansiedade. Desta forma, realça-se a importância de as instituições investirem na prática de atividades de grupo, lúdicas e de conhecimento cultural, incentivadoras do desenvolvimento social, emocional e comunitário dos utentes, sendo que este trabalho também se coaduna com a promoção do *empowerment* que o Serviço Social procura.

Tendo em consideração a importância do investimento no plano de intervenção dos utentes, também o reforço na reconstrução de laços sociais e familiares se demonstra como um fator crucial no plano de intervenção junto dos destes últimos. Ao nível familiar,

à exceção de três membros do grupo, que mantinham algum contacto com familiares antes da integração na instituição, não existiam relações familiares. Após o primeiro contacto por parte dos profissionais com alguns familiares, havia demonstração de alívio e felicidade, tendo um familiar expressado “eu achei que a próxima vez que ia ver a minha filha, seria para reconhecer o corpo dela”.

A dimensão familiar e social é uma dimensão fundamental da intervenção, devido à emergente necessidade de reconstrução de uma rede de suporte e apoio social. Esta última é fundamental para a recuperação dos indivíduos, pois permite reduzir sentimentos como a tristeza, solidão e abandono; aumenta a autoestima, a autoconfiança, a motivação para a mudança, o envolvimento e comprometimento do utente no programa de reabilitação.

A reaproximação familiar pode, para além dos aspetos acima mencionados, prevenir o surgimento de possíveis recaídas, pois esta reaproximação provoca no indivíduo um sentimento de bem-estar, confiança e conforto. A colaboração da família pode ser fundamental durante todo o processo de reabilitação, não só para a construção de um plano de intervenção que vá ao encontro das necessidades e ambições dos indivíduos, mas também para auxiliar na concretização da reintegração social dos utentes após o seu processo de reabilitação.

Esta prática é concretizada pela Assistente Social da instituição desde o início do programa. Numa primeira fase, dá a conhecer informação geral, nomeadamente a entrada do utente, as regras de funcionamento, contactos, horários e dias para as visitas. Numa fase posterior, à medida que surge alguma proximidade, comunicação, interação e contacto, acaba por haver uma maior abertura para que, através do acompanhamento social, se consiga reaproximar o utente da família, iniciando com contactos telefónicos e visitas regulares.

Um exemplo que pode ser mencionado, neste âmbito, diz respeito a uma utente que foi acompanhada pela investigadora, surgiu na instituição em situação de sem-abrigo, com problemas de saúde de uma gravidade elevada, incluindo a Toxicodpendência. Após um longo acompanhamento para retoma do acompanhamento necessário ao nível das dimensões da saúde, económicas, jurídicas, sociais e emocionais, surgiu a necessidade de se investir na reaproximação familiar e na reconstrução de laços que era à data inexistente. Após a conclusão do programa de reabilitação, a utente foi reinserta no seio familiar e procurou neste a motivação necessária para se manter abstinente. Atualmente, a utente encontra-se totalmente acompanhada e orientada pelos familiares, aproveitou as

férias escolares para cuidar dos netos e servir de apoio para a filha e o genro que se encontravam a trabalhar.

Este exemplo reforça a importância do investimento na reaproximação social e familiar, uma vez que a reconstrução de laços serve como motivação para a mudança comportamental, incentiva a busca pelo alcance do bem-estar pessoal, permite a construção de um plano estável, com hábitos saudáveis de autocuidado e tendo em consideração as necessidades do indivíduo. Destaca-se que permite auxiliar e facilitar a reintegração habitacional e profissional do indivíduo fomentando a abstinência dos consumos.

Em algumas situações, poderão existir traumas e conflitos nas relações familiares, sendo, por isso, necessário agir de forma cautelosa, tendo em consideração o tempo de cada pessoa e respeitando sempre a sua vontade. Os profissionais devem atuar como mediadores no relacionamento familiar permitindo que sejam criadas novas ligações e histórias familiares e uma relação de maior proximidade, confiança e segurança.

A reflexão efetuada ao longo do processo de investigação contribuiu para compreender a necessidade de adequação permanente das práticas profissionais, tendo em consideração as características e necessidades de cada indivíduo e consciencializar a profissional do quão desafiante, frustrante e surpreendente poderá ser o desenvolvimento do trabalho social em determinadas áreas de intervenção.

Em suma, todas as considerações mencionadas no presente tópico favoreceram a reflexão acerca das práticas presentes no contexto profissional do Assistente Social, não só as que influenciam o seu exercício profissional no sentido da promoção da mudança, mas também as que traduzem aspetos a considerar na intervenção e acompanhamento de pessoas em situação de sem-abrigo.

## Conclusão

A situação de sem-abrigo, é um fenómeno urbano cuja definição não se reduz ao problema de não ter acesso a um recurso básico para a vida de um ser humano – uma habitação. Ser obrigado a viver na rua, em situações habitacionais muito precárias ou em espaços assistenciais mais ou menos coletivos representa uma falta de direitos básicos que põe em causa gravemente a saúde física e mental, condições mínimas para a vida quotidiana como higiene, alimentação, dormir, guardar objetos pessoais, sentir segurança e privacidade, manter e desenvolver laços familiares e relações sociais, condições mínimas de bem-estar necessárias a todos os seres humanos para se desenvolverem e participarem na vida social, económica e política.

A situação de sem abrigo põe em causa gravemente a dignidade básica a que todos os seres humanos têm direito. A sua origem é complexa e cruza um conjunto de fatores diversos estruturais, sociais e subjetivos. A própria situação de sem abrigo pela desumanização e violência intrínseca que comporta, tem consequências graves para as pessoas que a vivem e para as comunidades onde o problema existe e se multiplica.

No caso das mulheres em situação de sem abrigo, o contexto de extrema vulnerabilidade social agrava-se. Normalmente o contexto de precariedade laboral, desemprego de curta, média ou longa duração, os consequentes baixos rendimentos, os problemas de saúde mental e os consumos abusivos de substâncias ilícitas ou lícitas atingem homens ou mulheres em situação de sem abrigo. No caso das mulheres podem conduzir a integração em redes de trabalho sexual, sustentar relações abusivas e acomodar as mulheres a situações de violência.

No desenvolvimento desta dissertação, a investigadora apresenta como possíveis fatores de risco associadas ao fenómeno da pobreza extrema, a violência de género, a monoparentalidade, a violência doméstica, o desemprego de longa duração, a integração em redes de tráfico de seres humanos, trabalho sexual ou a dependência de substâncias lícitas e ilícitas.

Estas causas poderão colocar as mulheres em situação de sem-abrigo numa iminência de risco, devido à figura de vulnerabilidade e submissão que a sociedade induz sobre as mesmas. A sociedade incute na mulher o papel de cuidadora do lar, dos filhos e dos relacionamentos afetivos, ou seja, desde muito cedo que, em famílias marcadas pelo patriarcado e machismo, é associada à mulher uma imagem caracterizada pela fragilidade, a atenção, o carinho e o cuidado, pelo que numa situação de vulnerabilidade social a

pessoa sente-se inibida, com vergonha e receio pelo estigma de pedir ajuda, estando mais suscetível a situações de grande risco.

Além destas considerações, relacionadas com as problemáticas e questões indicadas por referencial teórico, a utilização de técnicas de recolha de informação, como a análise documental e o processo autoetnográfico, permitiram o acesso a dados relevantes na execução da reflexão necessária ao desenvolvimento da investigação.

Um dos exemplos da contribuição da análise documental para a reflexão mencionada, refletiu-se na exploração, mais pormenorizada, das dimensões de vida das trajetórias sociais de mulheres em situação de sem-abrigo. Esta análise permitiu identificar determinadas particularidades, ruturas e potencialidades na vida das pessoas que sentem e vivenciam na sua história problemáticas sociais específicas. Conhecer estes percursos e seus desafios permite aos assistentes sociais, compreender também os possíveis motivos que explicam determinados comportamentos das pessoas com as quais o Assistente Social intervém, distanciando o profissional de pensamentos baseados no senso comum para explicar a ocorrência dos fenómenos.

A autoetnografia possibilitou o treino de competências relacionadas com o autoconhecimento do profissional que intervém em determinado contexto profissional, favorecendo o questionamento e pensamento crítico acerca das práticas e dinâmicas que o enquadram.

A aplicação e utilização destes processos de investigação exigiram a aplicação de princípios éticos, refletidos na aplicação de consentimento informado e documento de informação ao participante, no sentido de promover uma decisão devidamente informada necessária à participação na investigação. Do mesmo modo, procurou-se proteger a confidencialidade das pessoas envolvidas na pesquisa, através, por exemplo, da utilização de códigos, ao invés dos nomes próprios nas análises efetuadas, de forma a contrariar possíveis informações associadas à identidade das participantes.

Todos estes procedimentos colaboraram na perceção de aspetos de melhoria no contexto profissional de desempenho de funções do Assistente Social, por exemplo, quanto à intervenção e acompanhamento social desenvolvido com as pessoas em situação de sem-abrigo.

Neste âmbito, foi possível constatar, por exemplo, a imprescindibilidade da frequência de ações de formação relacionadas com as temáticas da intervenção com pessoas em situação de sem-abrigo, contribuindo, desta forma, para o desenvolvimento

da carreira dos trabalhadores e atualização de conhecimentos dos mesmos, perante as constantes mudanças decorrentes da evolução da sociedade.

Em suma, considero que a construção da presente dissertação, assim como todo o percurso investigativo contribuiu para a construção do conhecimento, interpretação e problematização da intervenção social e histórias de vida de mulheres em situação de sem-abrigo, abrindo caminhos para a relevância de trabalhar, responsavelmente, na promoção do *empowerment* e autonomia destas últimas.

## Bibliografia

- Agostinho, D. D. (2012). *O Papel do Suporte Social Percebido nas Práticas Parentais Negligentes em Famílias Monoparentais Maternas*. Lisboa: ISCTE-IUL - Escola de Ciências Sociais e Humanas no Departamento de Psicologia Social e das Organizações. Obtido de <file:///C:/Users/18010/OneDrive/Ambiente%20de%20Trabalho/ISSSP/Mestrado%20em%20Servi%C3%A7o%20Social/2%C2%BA%20ano/PSSA/Textos/Representa%C3%A7%C3%B5es%20de%20G%C3%A9nero/Rela%C3%A7%C3%A3o/Monoparentalidade/OPAPEL~1.PDF>
- Álvares, M. (2021). *Introdução à Investigação Quantitativa e Análise SPSS*. Lisboa: Universidade Aberta.
- Amâncio, L. (1993). Sociologia - Problemas e Práticas. *Género - Representações e Identidades*, pp. 127-140.
- Arruda, J. P. (2012). *Tese e Antítese: A Autoetnografia como proposta metodológica*. Porto: Universidade do Porto - Faculdades de Letras - Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação .
- Assembleia da República. (8 de março de 2000). Projecto de Lei nº 133/VIII. *Direitos das Famílias Monoparentais ou Biparentais*, p. 8. Obtido de <https://app.parlamento.pt/webutils/docs/doc.pdf?path=6148523063446f764c324679626d56304c334e706447567a4c315a4a53556c4d5a5763765247396a6457316c626e527663306c7561574e7059585270646d45764d324d35593245784d7a4574597a686c4f4330304d3259794c5749794d4445744d544d7959>
- Associação de Profissionais de Serviço Social. (25 de outubro de 2018). Código Deontológico dos Assistentes Sociais em Portugal. *Código Deontológico dos Assistentes Sociais em Portugal*. Lisboa, Lisboa, Portugal: Associação de Profissionais de Serviço Social.
- Associação para o planeamento da família . (14 de dezembro de 2023). *Violência Sexual e de Género*. Obtido de Tráfico de Seres Humanos: <https://apf.pt/informacao-tematica/violencia-sexual-e-de-genero/trafico-de-seres-humanos/>
- Associação Portuguesa de Apoio à Vítima. (6 de junho de 2023). *Violência Doméstica*. Obtido de O que é?: <https://apav.pt/vd/index.php/features2>
- Bardin, L. (1977). *Análise de Conteúdo*. França: Presses Universitaires de France.

- Barros, R. (2010). *Contributos de Mulheres Sem-Abrigo para a Construção de Repostas Habitacionais/ Serviços de Apoio*. Lisboa: ISCTE Instituto Universitário de Lisboa - Departamento de Ciência Política e Políticas Públicas. Obtido de <file:///C:/Users/18010/OneDrive/Ambiente%20de%20Trabalho/Disserta%C3%A7%C3%A3o/PSSA/Textos/Representa%C3%A7%C3%B5es%20de%20G%C3%A9nero/Contributos%20de%20mulheres%20sem-abrigo%20para%20a%20constru%C3%A7%C3%A3o%20de%20respostas%20habitacionais%20e%20servi%20>
- Bauer, M. W., & Gaskell, G. (2002). *Pesquisa Qualitative com texto, imagem e som: Um manual prático*. Petrópolis: Vozes.
- Bento, A., & Barreto, E. (2002). *Sem-Amor, Sem-Abrigo* (1ª ed.). Lisboa: Climepsi Editores. doi:<https://mail.google.com/mail/u/0/?hl=pt-BR#inbox/FMfcgzGsmDsbjJkmFhpRRZQzqdhVhPlf?projector=1&messagePartId=0.1>
- Bourdieu, P. (1999). Os três estados do capital cultural. Em A. M. Catani, & M. A. Nogueira, *Escritos de Educação* (pp. 71-79). Petrópolis: Editora Vozes.
- Calva, S. M. (2019). *Autoetnografía*. México : Universidade Autónoma de Aguascalientes .
- Câmara, R. H. (2013). Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia. *Análise de conteúdo: da teoria à prática em pesquisas sociais aplicadas às organizações*, pp. 179-191.
- Capucha, L. M. (2004). *Desafios da Pobreza*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa. Obtido de [https://www.researchgate.net/publication/304042048\\_Desafios\\_da\\_Pobreza](https://www.researchgate.net/publication/304042048_Desafios_da_Pobreza)
- Carvalho, I. M., Teles, H., & Garcia, A. P. (2021). Revista Temas Sociais. *Reflexões sobre a confidencialidade como ética na prática profissional dos assistentes sociais*, pp. 49-66.
- Castel, R. (1997). *A dinâmica dos processos de marginalização: da vulnerabilidade a "desfiliação"*. Salvador: Caderno CRH. Obtido de <https://periodicos.ufba.br/index.php/crh/article/view/18664/12038>
- Castro, P., Sá, S., Temer, A., Sanmamed, M., & Saavedra, R. (2021). *Investigação Qualitativa em Educação - Avanços e Desafios*, p. 12.

- David, C. S. (2020). *Desigualdades de Género no Mercado de Trabalho: alcances e impactos da Lei das Quotas*. Covilhã: Universidade da Beira Interior.
- Esteves, P. C. (2007). *A Agência do Assistente Social e a Reprodução da Pobreza e da Exclusão Social*. Coimbra: Instituto Superior Miguel Torga- Escola Superior de Altos Estudos. Obtido de <https://repositorio.ismt.pt/bitstream/123456789/178/1/TESE%20completa.pdf>
- Estratégia Nacional para a Integração de Pessoas em Situação de Sem-Abrigo. (2017). *Enquadramento*. Obtido de ENIPSSA: <https://www.enipssa.pt/enquadramento>
- Estratégia Nacional para a Integração de Pessoas em Situação de Sem-Abrigo. (2023). *Inquérito de Caracterização das PSSA: Síntese de resultados 31 dezembro 2023*. Lisboa: ENIPSSA. Obtido de <https://www.enipssa.pt/documents/10180/11876/S%C3%ADntese+de+resultados+2023+-+Inqu%C3%A9rito+de+caracteriza%C3%A7%C3%A3o+das+pe%C3%A7as+em+situac%C3%A3o+de+sem-abrigo/6fef4b31-d76c-4c20-a80a-4e2725956b65>
- Estratégia Nacional para a Integração de Pessoas em Situação Sem-Abrigo. (25 de Julho de 2017). *Conceito de Pessoa em Situação de Sem-Abrigo*. Obtido de ENIPSSA: <https://www.enipssa.pt/conceito-de-pessoa-em-situacao-de-sem-abrigo>
- Federação Internacional de Assistentes Sociais. (s.d. de julho de 2014). *Definição global de Serviço Social*. Obtido de Federação Internacional de Assistentes Sociais: <https://www.ifsw.org/what-is-social-work/global-definition-of-social-work/>
- Ferreira, A., Demutti, C., & Gimenez, P. (2010). "A Teoria das Necessidades de Maslow: A Influência do Nível Educacional Sobre a sua Percepção no Ambiente de Trabalho". *Seminários em Administração*, 17. Obtido de <https://www.etica.eco.br/sites/textos/teoria-de-maslow.pdf>
- Ferreira, D. M. (2019). *"O sem abrigo vai ter o quê na sociedade? Às vezes nem um buraco para se meter tem": A vivência da Cidadania daqueles que (sobre)vivem na rua*. Porto: Universidade do Porto.
- Flores, V. S. (2008). *Traumas da infância e suas consequências nas várias etapas da existência humana*. Salvador, Bahia: Instituto Superior de Ciências da Saúde.

- Goméz, E. E. (2021). Desenhos de Investigação Qualitativa. Em S. P. Gonçalves, J. P. Gonçalves, & C. G. Marques, *Manual de Investigação Qualitativa: conceção, análise e aplicações* (pp. 3-23). Lisboa: Factor.
- Instituição Nacional dos Direitos Humanos. (2021). *Os sem-abrigo em tempos de emergência*. Lisboa: Provedor de Justiça. doi:[https://www.provedor-jus.pt/documentos/sem\\_abrigo\\_cadernos\\_da\\_pandemia\\_2021\\_web.pdf](https://www.provedor-jus.pt/documentos/sem_abrigo_cadernos_da_pandemia_2021_web.pdf)
- Instituto Nacional de Estatística. (2022). *Censos 2021 Resultados Definitivos - Portugal*. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística, I.P.
- Júnior, C. M., & Batista, M. C. (2021). *Metodologia da Pesquisa em Educação e Ensino de Ciências*. Maringá : Massoni.
- Kripka, R., Scheller, M., & Bonotto, D. (2015). Pesquisa Documental: considerações sobre conceitos e características nas Pesquisa Qualitativa. *Investigação Qualitativa em Educação*, 243-247.
- Lourenço, T. M. (2015). *A Importância da Formação Profissional enquanto investimento em Capital Humano*. Coimbra: Faculdade de Economia: Universidade de Coimbra .
- Machado, A. F. (2012). *Trajetórias de Exclusão Social em Mulheres Sem-Abrigo: Um estudo de caso*. Porto: Universidade Católica Portuguesa.
- Major, A. P. (2013). *A vivência do desemprego em desempregados de longa duração: com idades entre os 40 e os 55 anos*. Lisboa: ISCTE-IUL - Departamento de Sociologia. Obtido de <file:///C:/Users/18010/OneDrive/Ambiente%20de%20Trabalho/ISSSP/Mestrado%20em%20Servi%C3%A7o%20Social/2%C2%BA%20ano/PSSA/Textos/Representa%C3%A7%C3%B5es%20de%20G%C3%A9nero/Rela%C3%A7%C3%A3o/Desemprego%20de%20Longa%20Dura%C3%A7%C3%A3o/A%20Viv%C3%Aancia%20do>
- Manual Merck Sharp & Dohme. (novembro de 2022). *Transtornos por uso de substâncias*. Obtido de Manuais Merck Sharp & Dohme para profissionais: <https://www.msmanuals.com/pt-br/profissional/transtornos-psiqui%C3%A1tricos/transtornos-relacionados-ao-uso-de-subst%C3%A2ncias/transtornos-por-uso-de-subst%C3%A2ncias>
- Martins, A. F. (2017). *As Sem Abrigo de Lisboa*. (1ª edição, Ed.) Lisboa: Chiado Editora.

- Martins, E., Rato, M., & Marques, E. (11 de jun-dez de 2017). *Egitania Scientia. Violência Familiar: Conceitos, Impacto e Intervenção dos Profissionais de Saúde*, p. 22.
- Mattos, C. L. (2011). A abordagem etnográfica na investigação científica. Em C. L. Mattos, *Etnografia e educação: conceitos e usos* (pp. 49-83). Campina Grande: Editora da Universidade Estadual da Paraíba. Obtido de <https://books.scielo.org/id/8fcfr/pdf/mattos-9788578791902-03.pdf>
- Mayock, P., Sarah, P., & Sheridan, S. (2015). *Women, Homelessness and Service Provision*. Dublin: Simon Communities.
- Miguel, M., Ornelas, J., & Maroco, J. (2010). Análise Psicológica. *Modelo de atitudes face aos sem-abrigo em Portugal*, pp. 437-450. Obtido de <https://repositorio.ispa.pt/bitstream/10400.12/269/1/AP%2028%283%29%20437-450.pdf>
- Morales, M. R. (2010). Las personas sin hogar en España. *Revista Española de Sociología*, 21-42.
- Nicola, R. d., & Vosgerau, D. S. (2020). *Desafios e possibilidades da pesquisa autoetnográfica*. Brasil: Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- Nobre, S. (2020). Análise Social. *Perspetiva de curso de vida: a situação de sem abrigo no feminino em Portugal*, pp. 332-354. Obtido de [file:///C:/Users/18010/OneDrive/Ambiente%20de%20Trabalho/Disserta%C3%A7%C3%A3o/PSSA/Textos/Representa%C3%A7%C3%B5es%20de%20G%C3%A9nero/n235\\_a05.pdf](file:///C:/Users/18010/OneDrive/Ambiente%20de%20Trabalho/Disserta%C3%A7%C3%A3o/PSSA/Textos/Representa%C3%A7%C3%B5es%20de%20G%C3%A9nero/n235_a05.pdf)
- Nogueira, A. P. (2016). *Interromper a Reprodução Intergeracional da Pobreza em Crianças e Jovens em Risco de Exclusão Social*. Senhora da Hora: Instituto Superior de Serviço Social do Porto. Obtido de <https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/15461/1/Ana%20Paula%20Alves%20Lopes%20Nogueira.pdf>
- Novellino, M. S. (24 de Setembro de 2004). *Os Estudos sobre Feminização da Pobreza e Políticas Públicas para mulheres*, p. 12. Obtido de [https://www.researchgate.net/publication/242302882\\_OS\\_ESTUDOS\\_SOBRE\\_FEMINIZACAO\\_DA\\_POBREZA\\_E\\_POLITICAS\\_PUBLICAS\\_PARA\\_MULHERES](https://www.researchgate.net/publication/242302882_OS_ESTUDOS_SOBRE_FEMINIZACAO_DA_POBREZA_E_POLITICAS_PUBLICAS_PARA_MULHERES)

- Observatório Europeu da Droga e da Toxicodependência. (2021). *Relatório Europeu sobre Drogas 2021: Tendências e Evoluções*. Luxemburgo: Serviço das Publicações da União Europeia.
- Organização Mundial da Saúde. (2007). *Neurociência do Uso e da Dependência de Substâncias Psicoativas*. Genebra: Roca.
- Paugam, S. (2005). *Les Formes Élémentaires de la Pauvreté*. França: Alternatives Economiques.
- Perista, P., & Baptista, I. (1 de junho de 2010). A pobreza, pluralidade de olhares e de intervenções. *A estruturalidade da pobreza e da exclusão social na sociedade portuguesa - conceitos, dinâmicas e desafios para a acção*, pp. 39-46.
- Ribeirinha, M. d. (2021). *Trajetórias de Mulheres em Situação de Sem Abrigo na Comunidade de Coimbra*. Coimbra: Universidade de Coimbra. Obtido de file:///C:/Users/18010/OneDrive/Ambiente%20de%20Trabalho/Disserta%C3%A7%C3%A3o/PSSA/Textos/PSSA/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20Trajet%C3%B3rias%20de%20Mulheres%20em%20Situa%C3%A7%C3%A3o%20de%20Sem-Abrigo%20na%20Comunidade%20de%20Coimbra.pdf
- Rocha, R. (21 de junho de 2021). *Breves notas sobre o Tráfico de Seres Humanos e as Mulheres*. Obtido de NOVA Refugee Clinic Blog: [https://novarefugeelegalclinic.novalaw.unl.pt/?blog\\_post=breves-notas-sobre-o-trafico-de-seres-humanos-e-as-mulheres](https://novarefugeelegalclinic.novalaw.unl.pt/?blog_post=breves-notas-sobre-o-trafico-de-seres-humanos-e-as-mulheres)
- Santos, J. A., Perruci, L. G., Pegoraro, N. P., Scherer, Z. A., Souza, J., Santos, M. A., & Pilon, S. C. (Dezembro de 2019). *Revista Brasileira de Enfermagem. Use of psychoactive substances in women in outpatient treatment(72)*, pp. 185-190. Obtido de <https://www.scielo.br/j/reben/a/pPhR9sYDd76KmgPygX3SzhK/?lang=pt#>
- Silva, C. G. (2021). Investigação Documental. Em S. P. Gonçalves, J. P. Gonçalves, & C. G. Marques, *Manual de Investigação Qualitativa: conceção, análise e aplicações* (pp. 103-123). Lisboa: Pactor.
- Silva, I. N. (2023). *Participação cívica e política de mulheres consumidoras de substâncias psicoativas: facilitadores e obstáculos*. Porto: Universidade Católica Portuguesa. Obtido de file:///C:/Users/18010/OneDrive/Ambiente%20de%20Trabalho/203348460.pdf

- Simões, S. M. (2015). *O Crime de Violência Doméstica*. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa - Faculdade de Direito Escola de Lisboa. Obtido de <file:///C:/Users/18010/OneDrive/Ambiente%20de%20Trabalho/ISSSP/Mestrado%20em%20Servi%C3%A7o%20Social/2%C2%BA%20ano/PSSA/Textos/Representa%C3%A7%C3%B5es%20de%20G%C3%A9nero/Rela%C3%A7%C3%A3o/Viol%C3%Aancia%20Dom%C3%A9stica/O%20Crime%20de%20Viol%C3%Aancia%20>
- Tavares, A. C., Caetano, A. P., Teixeira, M., & Santos, C. C. (2023). *Temas Sociais. Serviço Social e Comportamentos Aditivos e Dependências: O papel das Políticas de Intervenção Social*(5), pp. 115-127. Obtido de <https://recil.ulusofona.pt/server/api/core/bitstreams/9f27afea-3d2f-49f0-a2ec-ebb9af2c586f/content#:~:text=Resumo.%20Os%20comportamentos%20aditivos%20e%20depend%C3%Aancias%20s%C3%A3o%20uma%20quest%C3%A3o%20complexa>
- Terenó, S., & Matos, I. (2017). *Análise Psicológica. Contributos da teoria da vinculação para a prática clínica desenvolvimental*, pp. 409-423. Obtido de [https://repositorio.ispa.pt/bitstream/10400.12/6047/1/2017\\_35%284%29\\_409a.pdf](https://repositorio.ispa.pt/bitstream/10400.12/6047/1/2017_35%284%29_409a.pdf)
- Tralhão, C. S. (2022). *Problematizar as práticas de serviço social nos domínios da pobreza e da exclusão social*. Lisboa : ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa.
- Travassos, M. V. (2015). *Estratégias de adaptação à experiência de sem-abrigo: um estudo de caso*. Porto: Universidade Católica do Porto .
- Trindade, I. F. (2020). *Representações sociais de género e sexualidade em Portalegre e Lisboa* . Lisboa : ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa.
- Vieira, F. F. (2014). *Impacto do desemprego no bem-estar psicológico*. Porto: Universidade Lusófona do Porto - Faculdade de Psicologia .
- Xiberras, M. (1993). *As teorias da Exclusão: para uma construção do imaginário do desvio*. Lisboa: Instituto Piaget.

## **Anexos**

## **Anexo 1. Guião de Recolha de Informação**

### **Protocolo Recolha de Dados**

#### **Guião de Recolha de Informação**

##### **1. Dados Sociodemográficos**

- Nome:
- Sexo:
- Idade:
- Estado Civil:
- Nacionalidade:
- Naturalidade:
- Habilitações Literárias:
- Condição perante o trabalho:

##### **2. Dimensão Familiar**

- Como descreve o ambiente familiar, presenciado durante a infância?
- Com quem vivia? Tinha irmãos? Se sim, quantos tinha e de que idades?
- **Se vivia com os pais:** Como descreve a relação que mantinha com os seus pais?
- Quais as pessoas que identifica com mais presença no seu percurso de vida? Porquê? Qual o significado delas na sua vida?
- Descreva-me o local onde morava. Como era a sua casa? O que existia em redor dela?
- **Se o utente tiver passado de vida conjugal:** Como descreve o seu relacionamento com o seu cônjuge? Quais as razões que aponta para explicar o fim da relação? Considera que o término da relação afetou a sua vida? Se sim, de que forma?
- Atualmente mantém contacto com os seus familiares? Se sim, com quais e com que regularidade?

##### **3. Dimensão Educacional**

- Com que idade concluiu os estudos? Em que ano de escolaridade se encontrava?
- **No caso de não ter concluído o ensino escolar:** Deixou de o frequentar por iniciativa própria? Se sim, porquê?

- Como caracteriza o seu percurso escolar?
- Após a rutura com os estudos, quais os planos/ projetos que tinha para o futuro?

#### **4. Dimensão Profissional**

- Já exerceu alguma profissão? Se sim, qual/quais?
- Com que idade iniciou o seu percurso profissional?
- Quais os motivos que aponta para as mudanças de emprego que realizou?

#### **5. Dimensão ao nível da Saúde**

- Tem problemas de saúde? Se sim, quais?
- Com que idade foram diagnosticados?
- Quais as consequências desses problemas na sua vida?
- Tem médico de família? Com que frequência utiliza os serviços de saúde?
- Com que idade iniciou os consumos?
- Quais as substâncias consumidas?
- Qual o motivo que aponta para o início dos mesmos?
- Que consequências tiveram na sua vida?

#### **6. Situação de sem-abrigo**

- Quais as situações que o levaram a situação de sem-abrigo?
- Quais os locais em que pernoitava? Quanto tempo viveu nesses locais?
- Como foi a sua primeira noite na rua? Que recordações tem?
- Quais as estratégias de sobrevivência? Como conseguia satisfazer as necessidades diárias? (Equipas de Rua, C.T. ou outras instituições)
- Quais as dificuldades sentidas?
- Alguma vez se sentiu inferiorizado(a)/ excluído por estar nessa situação?
- Como conseguiu sair desses contextos?

#### **7. Dimensão Institucional**

- Como teve conhecimento desta instituição?
- Quais os apoios que recebe da mesma?
- Que importância atribui a este apoio?
- Qual a sua fonte de rendimento?

- Considera esse recurso económico suficiente para fazer face às suas despesas e necessidades?
- Ao longo da sua vida, já teve contacto com outras instituições? Se sim, de que forma é que foi apoiada por estas?

#### **8. Expectativas para o futuro**

- Quais são os seus principais desejos e expectativas para o futuro?
- O que se vê a fazer no futuro?

Obrigada pela colaboração!

## Anexo 2. Notas de Campo

### Diário de Campo 15

**Dia:** 22/05/2024

No decorrer da intervenção, surgem questões pendentes na vida dos indivíduos que não lhes permitem avançar, nomeadamente, problemas jurídicos.

Tenho o exemplo de um utente que chegou à instituição em situação de sem-abrigo e com consumos ativos de álcool, vindo encaminhado por uma Assistente Social de um serviço de urgências de um Hospital. Chegou até nós sem forças, com um traumatismo craniano (informação que não nos tinha sido transmitida no decorrer da sinalização), ensanguentado (porque tinha sofrido uma queda na via pública), descalço, com umas calças de ganga e a bata do hospital. Para além de vir descalço, em pleno mês de março, frio e chuvoso, vinha com as costas completamente destapadas. Estava confuso.

Lembro-me de lhe perguntar se sabia o motivo pelo qual estava lá. Respondeu-me que sim, queria deixar os consumos de álcool. Questionei se aquando da sua alta alguma profissional o abordou, se preocupou em fazê-lo trocar de roupa, aconchegar-se naquele dia frio e partilhar consigo uma palavra de ânimo e conforto. Respondeu-me que não. Demos-lhe algo quente para vestir. Após vasculhar nos seus pertences, afirmou: “Faltam-me as minhas botas!”. Percebi de imediato o sentimento de perda que sente uma PSSA pela perda de um objeto essencial. A importância que aquelas botas tinham para ele.

Decidimos articular com a técnica e expor o estado em que nos havia chegado o senhor e a dar conta da falta das botas, ao qual a profissional me responde de forma imediata e com pouca sensibilidade: “ele é sem-abrigo, é normal que esteja descalço”. Fiquei incrédula com a resposta da profissional, discordei de imediato e esclareci que ao contrário do que a colega podia pensar, apesar de as PSSA não terem as condições de vida dignas e se encontrarem em uma situação de vulnerabilidade social, esta situação não invalida que tenham acesso às condições mínimas para a sobrevivência, como é o caso da roupa e do calçado.

Numa fase posterior, por motivos de frequência no Mestrado, elaborei um trabalho de pesquisa relativo ao Serviço Social na área da Saúde e consegui ter uma maior perceção da principal causa que leva este tipo de situações a acontecer em meio hospitalar, muitas das vezes os profissionais têm dificuldade em concretizar a intervenção porque, existe uma clara discrepância entre o número de Assistentes Sociais face ao elevado número de utentes no Serviço de Urgências sem alta social hospitalar. No entanto, para além de

compreender as dificuldades sentidas pelos profissionais quando os recursos existentes se tornam escassos para o sucesso da intervenção, também me indignou a falta de sensibilidade e empatia que senti da profissional quando exposta a situação do sr. P.

O mesmo utente, acabou por meses mais tarde ter outra situação de falta de empatia que me levou, enquanto profissional, a refletir e elaborar a presente nota de campo. Encontrava-se em situação de insuficiência económica, pelo que foi efetuado pedido de RSI, com o objetivo de efetuar uma poupança, de ser inserido em um tratamento dentário para colocação de prótese dentária e adquirir uma prótese ocular porque estava com dificuldades na visão. Restabeleceu ligação com os seus familiares e regularizou a única dívida que possuía através de um plano prestacional.

A meio do seu percurso na instituição, recebeu uma convocatória para prestar depoimento em uma esquadra da PSP devido a um processo que estava em fase de investigação. Não se recordava do mesmo. Decorrente de um desacato familiar e da deslocação de dois agentes da autoridade à sua habitação, foi acusado pelos mesmos de violência verbal e tentativa de violência física, enquanto se encontrava alcoolizado. O P., preferiu não prestar declarações, uma vez que afirma que naquele dia estava alcoolizado e não se recorda de nada do que aconteceu. O processo seguiu para tribunal e o Sr. foi constituído arguido.

No decorrer deste processo foi-lhe atribuída uma advogada para a sua defesa. Após identificação da advogada e respetivos contactos, articulamos com a mesma para dar a conhecer a atual situação do P.:

- situação de sem abrigo, insuficiência económica (beneficiário de RSI) e frequência de tratamento ao álcool.

No momento seguinte percebi que a advogada não tinha informações sobre o processo, uma vez que me questionou se conhecia a origem do mesmo. Respondi que por se encontrar alcoolizado e não se recordar do que tinha acontecido, preferiu não prestar declarações, mas que na esquadra haviam afirmado que o P. tinha sido agressivo física e verbalmente para dois agentes da autoridade.

Quando dei a conhecer a situação atual do P. e questionei se a advogada queria agendar uma reunião para o conhecer e combinar com ele o que seria abordado e utilizado para sua defesa a mesma afirmou não ser necessário. Solicitei que pudesse ser pedido apoio jurídico para as custas processuais e honorários da representante legal, uma vez que o P. não tem rendimentos suficientes para assegurar tais despesas e não queremos

desencadear daqui mais um problema desnecessário (dívidas) e complicar a sua vida. Para além disso e uma vez que tenho conhecimento da necessidade de ser pedido um atestado de insuficiência económica da Junta de Freguesia que comprova a sua situação, antecipei-me e disse-lhe que íamos tratar disso na presente semana.

Após esta situação tornei a questionar se não seria importante agendar uma reunião para ser agilizado e delimitado toda a sua defesa. Ao qual a advogada me responde: “Sim, pode ser. O P. tem algum representante?”. Afirmei de seguida: “O representante do P. é ele próprio, apesar da sua situação atual é uma pessoa totalmente autónoma e está totalmente orientado”.

Está última questão coloca pela advogada, não foi a primeira vez que nos fizeram. Sempre que temos esta articulação para informar a situação atual da pessoa (tratamento ao alcoolismo ou toxicod dependência), os defensores oficiosos ficam automaticamente com a sensação de que estamos a falar de pessoas debilitadas, com falta de discernimento e incapacidade de decisão. Isto revela-nos o juízo de valor feito por alguns elementos da sociedade que não têm um contacto direto com a população Sem-Abrigo, com a Toxicod dependência e o Alcoolismo.

Para além deste juízo de valor inicial, senti que da parte da profissional não foi transmitida uma vontade de cooperar com o P. no seu processo. Esta questão foi comprovada ao longo da conversa quando a profissional demonstrou não fazer questão de conhecer e reunir com o P. de forma a planearem a sua defesa, uma vez que só após alguma insistência da minha parte disse que concordava com uma reunião. Ficou de nos sugerir uma data, na presente semana, para agendamento da mesma e não o fez.

A falta de investimento nos processos dos utentes acaba por se tornar um entrave à intervenção e reintegração dos mesmos, uma vez que se encontram a reestruturar e reorganizar a vida e podem ficar condicionados por esse mesmo desinvestimento.

Comentário 10/06/2024: Ao fim de alguma insistência da minha parte, após várias tentativas de contacto, sem sucesso. Decidi enviar um email e após algumas semanas desde o primeiro contacto, foi convocada uma reunião para dia 14 de junho. Nesta reunião, irá ficar definido o plano de intervenção para a defesa do P. a fim de solucionar a sua situação jurídica.

Após a concretização da reunião, no dia 14 de junho, foi notória a mudança de postura por parte da profissional. Após ter escutado a história de vida do P. e a intervenção efetuada com o mesmo no decorrer da sua reabilitação, a profissional ficou sensibilizada e, auxiliou o P. a planear a sua defesa.

Apesar da sua integração ter tido algumas controvérsias. O sr. P. concluiu o seu tratamento com sucesso, sem nenhuma recaída tendo-se reinserido social e habitacionalmente em casa da sua progenitora no final do ano de 2024. Atualmente encontra-se inserido profissionalmente e ausente de comportamentos de consumo. Pretende sair do país e procurar melhores oportunidades profissionais fora de Portugal e junto de alguns familiares seus. O sr. P. foi um dos casos de sucesso que a instituição teve no ano de 2024, dando aos profissionais alento e motivação para prosseguirem com o trabalho efetuado.

O percurso deste utente na nossa instituição é a prova viva de que o “livro não deve ser julgado pela capa” e não nos devemos deixar levar por ideias pré concebidas e pelo senso comum, se não existisse insistência da nossa parte para que a advogada reunisse com o P. e o auxiliasse na sua defesa, e se esta não se tivesse permitido a conhecer a história de vida deste último, talvez a esta hora os seus problemas jurídicos permanecessem e a frustração tivesse dado origem a uma nova recaída. A esta hora o P. não seria um dos nossos casos de sucesso, pedia ter voltado à rua e ao Álcool. Felizmente, conseguimos intervir, reverter a sua situação e salvar uma vida.

### **Diário de Campo 13**

**Dia: 16/05/2024**

Com a constante evolução dos fenómenos da Pobreza e Exclusão Social e com o aumento da população migrante, a caracterização da PSSA vê ligeiras alterações, nomeadamente na sua nacionalidade. A população migrante, oriundos de países como a Índia, Argélia, Nigéria e Bangladesh, vem em busca melhores condições de vida, no entanto, devido à crise habitacional e à falta de oportunidades de trabalho, vêm-se expostos a situações de grande vulnerabilidade social. Na sua maioria, expressam-se através do árabe e algum compreendem e falam também o inglês, no entanto, a língua torna-se um entrave para a compreensão e atuação.

No decorrer da evolução da migração e apesar de não acompanhar diretamente nenhum indivíduo proveniente dos países mencionados acima, porque acompanho maioritariamente indivíduos portugueses ou que falam a língua portuguesa, tenho-me

questionado de a possibilidade dessa questão ocorrer: “como é que eu os vou entender e como é que me vou fazer entender?”

Apesar de ter estudado, no ensino obrigatório, a disciplina de inglês, não me considera uma pessoa fluente no inglês, percebo o que me dizem, na maioria das vezes, no entanto não me consigo expressar uma vez que não pratico diariamente a língua.

Enquanto profissional, tenho noção da importância do constante investimento em formação complementar à nossa formação profissional, uma vez que é esse investimento que nos faz aprender mais, evoluir e crescer enquanto profissionais. Faz-nos estar em constante aprendizagem e aquisição de conhecimento. Para além da formação profissional, é muito importante evoluir, aprender ou aperfeiçoar línguas para nos conseguirmos relacionais com os mais diversos públicos.

Desde que terminei a licenciatura tenho procurado escolas de formação nas quais possa aprender a língua inglesa e conseguir desenvolver uma conversa fluída com um utente que não fale português, algo que poderá perfeitamente vir a ocorrer num futuro próximo, que me deixará desconfortável se acontecer e eu não conseguir intervir com a pessoa, condicionando a sua situação e a intervenção.

Também enquanto profissional me questiono. Serei eu uma profissional menos competente por não dominar uma língua mundial? Será um entrave para a minha contratação? Uma vez questionada acerca da minha fluência na língua estrangeira, em contexto de recrutamento, não posso omitir porque exposta a uma situação desse género a minha credibilidade enquanto profissional poderia ser condicionada pela omissão do não domínio da língua.

Para além de ter procurado escolas, também utilizo outra estratégia, ver séries inglesas, sem legendas. O que confesso que é uma estratégia que tem ajudado, principalmente na compreensão da língua, no entanto, sinto que tenho que estar exposta a essa situação para conseguir ter, de forma, fluente uma conversa.

Para além destas duas soluções, em contexto universitário, no meu 2º ano surgiu a oportunidade e a vontade de concretizar Erasmus. Esta vontade era movida pelo desejo de conhecer novos países, culturas e pessoas (desenvolvendo a aquisição de novas experiências) mas principalmente, pela necessidade de desenvolver o meu inglês. Este projeto acabou por não acontecer devido ao COVID-19 que suspendeu o programa ERASMUS e me fez querer ficar no meu país (pela incerteza mundial que presenciamos).

Um dos objetivos que tenho após a concretização do mestrado será investir na formação da língua inglesa para conseguir manter uma conversação fluída com um utente oriundo de outro país.

## **Diário de Campo 5**

### **Dezembro 2023**

Aquando da minha entrada na instituição, foi-me questionada a existência de alguma atividade que ainda não estava implementada na instituição, mas que seria importante implementar de modo a complementar o trabalho desenvolvido.

Partilhei que, em um contexto de estágio anterior, que tive a possibilidade de observar, de forma participativa, uma equipa técnica que acompanhava jovens e adultos com consumos de substâncias lícitas ou ilícitas. E, no decorrer desse trabalho de terreno, havia acompanhado a Assistente Social no decorrer de algumas das suas funções e atividades desenvolvidas, tais como as **Dinâmicas de Grupo**.

Após esta contínua participação, ressalvei a importância da implementação desta atividade no decorrer do processo de intervenção com pessoas em situação de sem-abrigo, vulnerabilidade social ou com problemas de consumos associados, uma vez que servia não só de complemento para a intervenção desenvolvida de forma individual, em contexto de consultas de acompanhamento de psicologia com a profissional da instituição, como também permite que seja construído um maior sentimento de pertença, integração e compreensão perante os restantes participantes.

Apesar de algumas vezes, os utentes chegarem até à resposta social por motivos diferentes, existem percursos de vida, ruturas e situações similares que ocorrem na vida de todos eles que os fazem querer alcançar o(s) mesmo(s) objetivos (abandono dos consumos; inserção profissional; estabilidade económica; reestruturação familiar e social, entre outros).

Primeiramente foram definidos os grupos, tendo em consideração as afinidades e relações estabelecidas entre as mesmas. Serão 2 grupos, compostos por 4 e 5 mulheres. De salientar que, os grupos poderão sofrer mudanças e alterações, que são influenciadas pela entrada e saída de utentes (reintegração social ou abandono do programa de reabilitação).

Não poderíamos ter iniciado as dinâmicas em melhor altura. Oficializamos o início das mesmas com todo o grupo de mulheres (cerca de 11 à data do sucedido) no dia

8 de maio de março, o dia em que se assinala o dia Internacional da Mulher. O objetivo desta primeira dinâmica, para além de ser assinalar o dia Internacional das Mulheres e tornar um dia especial para cada uma das utentes, foi permitir que as mesmas tivessem a oportunidade de poder expressar alguma palavra amiga, gesto carinhoso ou de admiração com alguma das suas colegas de casa. Para além disto, tiveram a oportunidade de poder partilhar com o grupo uma mulher que tivesse tido algum impacto nas suas vidas. Todos os elementos participaram de forma livre, tendo sido atingido o principal objetivo, o momento de união, partilha e convivência, permitindo que as utentes se conhecessem um pouco mais. Todas as partilhas foram de mulheres que tiveram algum tipo de influência no percurso de cada uma delas (mães, irmãs ou às próprias).

As dinâmicas são realizadas uma vez por semana, de forma rotativa com todos os grupos, isto é, a frequência é de duas em duas semanas ser implementada uma dinâmica com um grupo de mulheres, o que se concretiza em uma vez por mês para cada grupo. Enquanto profissional, ambiciono conseguir aumentar a frequência das mesmas, com o passar do tempo e o evoluir da relação terapêutica entre as dinamizadoras e as participantes e entre estas últimas e os restantes membros do grupo.

### **Diário de Campo 10**

**Dia: 12/05/2024**

“Não vou demonstrar as minhas fragilidades perante um grupo que depois poderá utilizar isso contra mim”.

Esta frase foi dita em contexto de uma dinâmica de grupo com mulheres e entendida por nós, profissionais, como uma das principais justificativas para explicar a **baixa adesão das mulheres à atividade das dinâmicas de grupo**.

Quando abordo a baixa adesão das mulheres à atividade, não estou a referir-me à desistência das mesmas, pelo contrário, apenas uma das senhoras recusou-se a participar na atividade expressando não compreender o intuito das mesmas.

Todas as mulheres participam nas dinâmicas de forma voluntária, no entanto, a sua participação nas mesmas é superficial. No início desta atividade, enquanto técnicas, a nossa perspetiva era sentirmos uma maior dificuldade de concretizarmos os objetivos das mesmas com os grupos de senhores, dado as mulheres serem mais emocionais e demonstrarem mais vontade em expressar o que sentem. No entanto e como nem tudo

acontece como nós esperados, no decorrer das mesmas, percebemos que os resultados esperados não estavam a ir ao encontro das nossas expectativas.

Após a concretização de uma dinâmica com senhores e uma com senhoras, percebemos que existia, da parte deles, uma maior predisposição para a mudança, ao contrário das mulheres. Por exemplo, numa dinâmica inicial com um grupo de senhores, um deles sentiu-se à vontade para abordar a questão dos consumos junto do grupo sendo a alavanca necessária para a extensão dessa temática a todo o grupo.

Já os grupos de senhoras demonstraram ser superficiais, não aprofundando até à raiz do problema, algo necessário para a resolução do mesmo, nem expressando os seus sentimentos. Em contexto de dinâmica, foi abordada esta diferença de resultados e alargamos a conversa a todos os membros do grupo para identificarmos, em conjunto, os entraves ao alcance dos resultados.

Foi nesse mesmo contexto que surgiu a frase acima transcrita. Uma das utentes demonstrou não se sentir confiante a partilhar com o grupo o que sente e as suas vulnerabilidades, pelo receio de utilizarem isso contra ela.

Após esta partilha, demonstramos ser fundamental partilharem os sentimentos e emoções vivenciadas pelas mesmas no decorrer do tratamento, pois só assim conseguirão pensar acerca dos mesmos e prevenir possíveis recaídas, uma vez que irão ser abordadas temáticas sensíveis e que podem ainda ser um entrave para a manutenção da abstinência.

Aludimos o grupo de utentes a uma viagem de barco e que todas se encontravam dentro do mesmo. Ainda que tenham chegado até aqui por motivos diferentes, a sua grande maioria encontra-se na instituição pela problemática da pobreza e exclusão social e os consumos de substâncias ilícitas e lícitas. Se mesmo perante as adversidades vivenciadas, remarem todas no mesmo sentido, conseguirão chegar mais rápido ao destino pretendido. Se cada uma remar para um lado diferente, vai ser muito mais difícil e demorado de chegar ao destino. Até porque, em algumas vezes existe uma semelhança de sentimento e emoções comuns que não são partilhados com os membros do grupo o que leva a uma não identificação, não partilha de experiências e a não coesão e aproximação grupal.

Apresentamos a possibilidade de trabalharmos a coesão grupal através de exercícios de confiança para estimular não só o seu aumento como também a eficácia da atividade no tratamento das mesmas e todas as utentes concordam com a importância da sua concretização.

**Comentário a 13/05/2024:**

Concretizamos uma dinâmica de grupo com outro grupo de mulheres que se demonstrou mais aberto à partilha e à aprendizagem conjunta. Tendo uma das participantes concluído a mesma com a seguinte frase “Estas dinâmicas têm-me feito perceber a importância de eu me abrir mais com as minhas colegas, de demonstrar os meus sentimentos. Para além de que compreendi que é fundamental calçar os sapatos do outro para que eu consiga perceber o que elas sentem e o que as magoa”. A evolução das dinâmicas é importante por se perceber a importância de trabalhar a coesão do grupo através de exercícios de confiança para estimular não só o seu aumento como também a eficácia da atividade no tratamento das mesmas.

### **Diário de Campo 14**

**Dia:** 21/05/2024

Todos os dias, nos deparamos com histórias de vida marcadas por sucessivas ruturas, várias tentativas sem sucesso de abandonar os consumos, de refazer a vida, de começar do zero.

São utentes que passam na nossa vida e a marcam de alguma forma, muitos pela positiva, poucos pela negativa, mas sempre com o objetivo de retirar o essencial, que nos possa fazer evoluir enquanto profissionais.

Todos os dias ouvimos histórias de vida que nos fazem questionar “O que é que eu teria feito nesta situação?”. Aprendermos a colocar-nos no lugar do outro é fundamental para que o consigamos compreender na sua totalidade. Calçar os seus sapatos, ver através da sua visão as razões da sua situação de vulnerabilidade, pobreza e exclusão social.

No entanto, para além de profissionais somos seres humanos e em determinados momentos acabamos por nos deixar levar pelo indivíduo e pela sua história de vida. A cada partilha, sentimos essencialmente tristeza, angústia e empatia. Primeiro por essa mesma empatia para com o utente, pelos acontecimentos que o levam à sua situação atual. Mas para além disso, por perceber que aquela história, aqueles episódios e aquelas ruturas já foram contadas a outros tantos técnicos e, por algum motivo, os indivíduos ainda se encontram na mesma situação, por perceber que por muito que queiramos, podemos sentir-nos impotentes na vida de alguém. Porque os queremos tirar daquela situação, mas sem a sua força de vontade, motivação e vontade de alcançar a mudança, não será possível.

Há dias que nos sentimos impotentes, envolvemo-nos na realidade dos utentes e deixamo-nos levar pelas emoções. Sentimos medo de não conseguir mudar aquela realidade, de não fazermos a diferença na vida destes. Porque é uma vida de sucessivas tentativas falhadas, recaídas constantes, é mais uma vida que se perde.

Lembro-me de ter questionado uma docente relativamente ao nosso envolvimento enquanto profissionais nas histórias de vida dos indivíduos, ao qual ela me respondeu “O que é que esses sentimentos (tristeza, frustração, angústia) irão servir para mudar a vida da pessoa?” Não são esses sentimentos que vão fazer algo para alterar a situação de vulnerabilidade, somos nós enquanto profissionais, devemos superar-nos dia após dia para conseguirmos envolver o utente no seu tratamento e projeto de vida futuro.

Tentar não viver os problemas dos utentes como se fossem meus também é uma estratégia para não deixar que esses sentimentos condicionem a intervenção. No entanto, há dias e contextos mais complicados do que outros. O contexto dos comportamentos aditivos e dependências, assim como todas as outras áreas profissionais tem as suas especificidades. Ver o sofrimento e o desespero pelo qual os utentes passam no decorrer do período de abstinência é agonizante. O sentimento de impotência que sinto por querer atenuar aquela dor, mas não o conseguir fazer de forma nenhuma e desesperante.

Estes sentimentos intensificam-se quando nós já conhecemos os utentes, já passaram por nós as suas histórias e, após algum tempo de abandono do programa terapêutico, os mesmos pedem novamente integração e chegam até nós em um estado de deterioração avançado. Desde o primeiro dia em que entrei na Associação que me disseram “cada recaída é sempre pior do que a anterior” e é mesmo, a experiência assim me fez ter a noção disso mesmo. Os indivíduos ficam perdidos, desesperados e com um sentimento de vergonha maior porque não conseguiram resistir à tentação.

Para além da adoção de algumas estratégias, nomeadamente, a tentativa de não envolvimento com as histórias de vida dos utentes, o incentivo à manutenção da abstinência e da mudança comportamental, a promoção do bem-estar social e físico, a satisfação das necessidades básicas, o investimento na autoestima dos utentes e o investimento na intervenção, enquanto profissional, reflito acerca da intervenção, nos aspetos positivos e negativos, no que correu bem e no que correu menos bem e no que poderá ser melhorado ou repensado numa futura intervenção, adaptando-as às necessidades e especificidades de cada utente.